



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 02 DE JULHO DE 2021

-----Aos dois dias do mês de julho de dois mil e vinte e um, no Cineteatro Municipal João Mota, em Sesimbra, realizou-se pelas dezanove horas, a Terceira reunião da sessão ordinária de junho da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria da Conceição Nero Gonçalves, Primeiro e Segunda Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----4. Propostas da 18.ª edição da Assembleia Municipal de Jovens.-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

----- Pelo Grupo Municipal (GM) da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, João Carlos do Carmo Valente, Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Rui João Graça Rodrigues, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, José da Costa Ferreira Braga e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes e Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro;-----

-----Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Paulo do Carmo de Sá Caetano, Andredina Gomes Cardoso, João Filipe Paulo Pólvora, Bertina Pereira João Duarte e Faustino Marques.-----

-----Pelo Grupo Municipal MAIS SESIMBRA (PPD/PSD.CDS-PP) – José Manuel Lobo da Silva e Maria da Conceição Nero Gonçalves;-----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

-----Pelo Grupo Municipal do BE – José António Melo Nunes Guerra. -----

-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos e o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vítor Ribeiro Antunes.-----

-----Comprovada a existência de quórum, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram dezanove horas. -----

-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus, bem como da Vice-Presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa e dos Vereadores Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Carlos Manuel Vicente Silva. ---

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A **Presidente da AMS** começou por cumprimentar todos os presentes e justificou, em seguida a ausência dos Vereadores José Henrique Peralta Polido e Francisco José Pereira Luis por se encontrarem em período de férias. -----

-----Justificou também a ausência do Deputado Fernando José Mestre Patrício, por razões de ordem profissional, tendo sido substituído pelo Deputado Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro. -----

-----Estando presentes 22 eleitos, aprovou, por unanimidade, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, alterar a organização da sessão ordinária de junho, acrescentando mais uma reunião, a 4.ª, a realizar no dia 12 de julho (segunda-feira), pelas 19h00, no Cineteatro Municipal João Mota.-- -----

-----A distribuição dos pontos pelas 3.ª e 4.ª reuniões da sessão ordinária de junho, e respetiva organização ficou de seguinte modo:-----

-----Reunião de 02 de julho (3.ª reunião): -----

-----Período de Antes da Ordem do Dia: -----

-----Período de Intervenção Aberta aos Cidadãos -----

-----Período da Ordem do Dia-----

-----4. Propostas da 18.ª edição da Assembleia Municipal de Jovens.-----

-----Reunião de 12 de julho (4.ª reunião): -----

-----Período de Intervenção Aberta aos Cidadãos -----

-----Período da Ordem do Dia-----

-----5. Apreciação da Atividade Municipal. -----

-----Teve início o “**Período Antes da Ordem do Dia**”, tendo sido colocadas à votação, a ata da sessão ordinária realizada no dia 28 de fevereiro de 2020 e a ata da sessão ordinária realizada no dia 18 de junho de 2020, tendo sido ambas, aprovadas por unanimidade. -----

-----A **Presidente da AMS** prosseguiu os trabalhos e disse que, relativamente ao PAOD, tinha sido feita uma tentativa de ajudar a disciplinar-nos para que os diferentes pontos que estavam aqui integrados pudessem ser também acompanhados por todos os colegas desta Assembleia, no sentido também se dar conta do atraso relativamente à discussão destes pontos. Necessariamente que haveria pontos que iriam provocar mais participação e mais debate, mas não deixando de haver uma forma sucinta, no sentido de se colaborar para um bom funcionamento da Assembleia, mas também tendo presente a limitação do tempo e que, quer funcionários, quer alguns dos Deputados e Deputadas, voltassem para as suas residências dentro do tempo permitido pela Lei. Referiu também que uma outra

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

metodologia recentemente conversada, tinha sido a necessidade no que dizia respeito ao Voto de Pesar e que, por uma questão de respeito e de memória, o mesmo seria lido. Informou que no que dizia respeito às quatro Saudações, os proponentes pudessem fazer um breve resumo para evitar tomar demasiado tempo com a sua leitura, mas que neste momento, com este modelo de funcionamento, tornava-se imperioso que pudesse ser dada esta colaboração de fazer um resumo por forma a dar conta daquilo que era a essência do documento da Saudação e evitar a sua leitura. Agradeceu a colaboração de todos, incluindo também o convite ao Presidente da Câmara e seus Vereadores que, porventura, viessem a intervir. Em seguida, foi cedida a palavra à **Deputada Bertina Duarte**, que cumprimentou todos os presentes e fez a leitura do **Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Casaca**, que a seguir se transcreve:-----

-----*“No passado dia 17 de maio de 2021, faleceu Joaquim de Jesus Gomes Casaca, cidadão respeitado, reconhecido e acarinhado pela população do concelho de Sesimbra.*-----

-----*Natural da freguesia de Sobral de Monte Agraço, concelho de Lisboa, onde nasceu a 1 de agosto de 1940, com apenas cinco meses veio viver para Sesimbra, concelho de onde era natural seu pai.*-----

-----*Fez a instrução primária na freguesia do Castelo, tendo de seguida dado início ao ofício de pedreiro, como tantos meninos da sua geração, na construção da Avenida da Liberdade em Sesimbra. ---*

-----*Chamado a cumprir o serviço militar, assentou praça em Castelo Branco, tendo vindo para a Polícia Militar, instalada em Lanceiros 2, quartel que ficava na Calçada da Ajuda, em Lisboa.*-----

-----*Regressa a Sesimbra para trabalhar na construção do Hotel do Mar, tendo sido convidado pela ERG para ser encarregado nessa obra emblemática do nosso concelho. Recusa o pedido e rumo numa jornada pela Europa e pelo Canadá, onde trabalhou para uma empresa alemã proprietária de uma fábrica de roulottes.*-----

-----*Sendo um homem de causas e ideais, quando recebe a boa nova da revolução de 25 de abril de 1974, regressa de imediato à sua terra, associando-se ao MDP – Movimento Democrático Português onde permanece até à sua extinção.*-----

-----*Torna-se militante do PS – Partido Socialista, onde a nível autárquico desempenhou várias funções, salientando-se os cargos executivos na Junta de Freguesia do Castelo, por dois mandatos compreendidos entre 1997 e 2005, as participações nas listas do PS à Assembleia de Freguesia do Castelo, Assembleia Municipal de Sesimbra e participações como eleito em reuniões da Assembleia Municipal.*---

-----*Considerado um excelente autarca e homem solidário, revelou-se em múltiplos aspetos, mas, em especial, na dedicação, empenho e trabalho laborioso, em prol das obras de requalificação do “seu”*

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Castelo que tanto venerava.-----

-----Esteve também desde jovem ligado ao movimento associativo, tendo feito parte, entre outros, dos órgãos diretivos da Cooperativa Castelo – Zimbra e da Casa do Povo de Sesimbra. -----

-----A sua experiência de vida profissional e política, assim como o seu amor a Sesimbra, foram promotores de uma outra paixão, a escrita, sob a forma de poesia, que em palavras do próprio surge como uma manifestação de sentimentos e do que lhe vai na alma. Neste campo, deixa um vasto registo de poemas, que refletem valores como a justiça, solidariedade e igualdade. -----

-----Por estes motivos, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 02 de julho de 2021, manifesta o seu mais profundo pesar pela morte de Joaquim Casaca e transmite a todos os familiares e amigos as suas mais sentidas condolências. -----

-----Dar conhecimento: -----

-----Aos familiares, Câmara Municipal de Sesimbra, Juntas de Freguesia do Concelho de Sesimbra, Assembleias de Freguesia do Concelho de Sesimbra, Comunicação social local e regional.” -----

-----Logo após, foi guardado um minuto de silêncio em sua memória. -----

*-----Foi depois cedida a palavra ao **Deputado Álvaro Monteiro**, que cumprimentou todos os presentes e fez uma breve apresentação da Saudação ao Museu Marítimo de Sesimbra e disse que este Museu se localizava na Fortaleza de Sesimbra e se apresentava como o repositório de mais de 5.000 anos de usos, costumes e práticas do Concelho de Sesimbra e que era de louvar a iniciativa da CMS, que o tinha tornado possível, e ainda os funcionários, Técnicos e todo o pessoal que permitia que este local fosse aquilo em que se estava a tornar, como algo reconhecido a nível internacional e um pequeno Museu com um plano de destaque a nível Europeu.-----*

*-----Interveio a **Presidente da AMS** que esclareceu que este documento se tratava de uma Saudação em nome da Comissão de Líderes, embora com um trabalho preparatório de vários colegas Deputados.-*

*-----Após a votação, a Assembleia Municipal de Sesimbra aprovou, por **unanimidade**, a **Saudação ao Museu Marítimo de Sesimbra**:-----*

-----“No seu quinto ano de existência, o Museu Marítimo de Sesimbra, aberto ao público desde 2016, já revelou a sua importância quer a nível local quer além fronteiras. Disso são prova de reconhecimento os prémios e nomeações, nacionais e internacionais, que entretanto regista. -----

-----Ao nível local assume o papel de repositório e testemunho de uma atividade que justifica a ocupação do território há cerca de cinco mil anos, dando a conhecer às gerações atuais e futuras, a evolução das técnicas e práticas piscatórias ao longo dos tempos. O mar, sempre presente na formação

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

de uma identidade local/regional, molda vidas duras que recorrem à devoção para aliviar o sofrimento do quotidiano e persistir na dura faina, as atividades de comércio ou indústria na sequência das pescas, a obvia construção naval, mais tarde o turismo, tudo ali tem seu lugar, sendo apresentado quer como espólio, em grande parte dádiva de pescadores e familiares, quer com recurso às tecnologias mais atuais. Podemos ainda relevar a localização do Museu num espaço nobre da vila, durante longos anos relegado ao papel de colónia de férias, que assim para além da necessária recuperação e manutenção do imóvel, lhe proporciona merecida visibilidade, permitindo o usufruto pela população deste ‘marco’ sem dúvida singular, que assim imprime o seu cunho na história local. Não é por mero acaso que qualquer alusão à vila de Sesimbra nos meios de comunicação, tem sempre por referência a imagem da ‘Fortaleza’.-----

-----Pelo exposto, pela abnegação de quantos ali trabalham e no seu quotidiano recebem alunos de escolas, investigadores ou meros turistas, que aqui, como que a uma janela se abeiram e lançam o olhar sobre velhos saberes e vidas do mar, a Assembleia Municipal reunida em 2 de julho 2021, saúda o Município de Sesimbra e todos os técnicos, funcionários e trabalhadores que ao longo dos anos recuperaram projetos e ações, que com o seu trabalho projetam Sesimbra e o seu Museu Marítimo, que assim se vê reconhecido e dignificado a nível europeu.-----

-----Dar conhecimento: -----
-----Presidente da República; Primeiro-ministro; Ministro da Cultura; Presidente da Assembleia da República; Grupos Parlamentares; Câmaras e Assembleias da Área Metropolitana de Lisboa; Área Metropolitana de Lisboa; Associação de Municípios da Região de Setúbal; Câmara Municipal de Sesimbra; Assembleias e Juntas de Freguesia do concelho; Comunicação social local e regional.”-----

*-----Seguindo os trabalhos, teve início a apresentação da **Saudação à 18ª Assembleia Municipal de Jovens:***-----

-----“Face ao contexto pandémico que vivemos, foi proposto e aceite com entusiasmo por toda a comunidade participante, que este ano as atividades inerentes a este projeto se desenrolariam num formato digital, como tal, no “ Eleito por um dia “, os alunos tiveram oportunidade de passar um período do dia com os eleitos locais, Presidente da AMS, Presidente da CMS e com os três Presidentes de Junta de Freguesia mas desta vez atrás da tela do computador partilhando até, se assim se pode chamar, uma refeição à distancia. Também a eleição da mesa da AMJ teve de ser remodelada com a necessidade da adoção de um método de votação que se coadjuvasse com as novas circunstâncias.-----

-----E foi deste modo, percorrendo todas as etapas, que no passado dia 8 de Junho se realizou a sessão da 18ª Assembleia Municipal de Jovens (AMJ), tendo como tema central “Proteger e valorizar o habitat

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

natural na comunidade local e no mundo. Qual é o nosso contributo?“, quis o destino que no ano em que atingiu a maioria este projeto tivesse que se reinventar naquela que foi provavelmente a sua maior mutação, com os alunos separados nas respetivas escolas e a Mesa a funcionar no Auditório Conde Ferreira, sendo desejo de todos os intervenientes que se regressasse ao modelo convencional assim que possível, já que se trata de um dia aberto que tanto alunos como professores assumem ser da maior relevância, dada a importância do intercâmbio entre todos. -----

-----Num ano em que nas escolas todos tiveram que se adaptar e em que o mais fácil seria deixar cair o projeto, toda a comunidade deu uma resposta que importa salientar, valorizar e enaltecer, abraçando mais uma vez o desafio, alunos e professores organizaram as suas bancadas escolares e trabalharam na elaboração dos seus vídeos e das suas propostas, contando sempre com o apoio dos diretores de agrupamento.-----

-----Pretende assim a Assembleia Municipal de Sesimbra reconhecer o valor das propostas dos alunos e manifestar o seu agradecimento aos Diretores dos Agrupamentos, ao trabalho dos professores envolvidos e respetivos alunos em mais um ano de Assembleia Municipal de Jovens, este tão particular e memorável.-----

-----Deste modo a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 2 de Julho de 2021 saúda a realização da 18ª Assembleia Municipal de Jovens e todos os seus participantes pela sua determinação, perseverança e gosto pelo exercício da cidadania.-----

-----Dar conhecimento:-----

-----Câmara Municipal de Sesimbra; Assembleias e Juntas de Freguesia do Concelho de Sesimbra; Diretores dos Agrupamentos do Concelho de Sesimbra; Professores envolvidos no projeto da AMJovens; Associações de pais do Concelho de Sesimbra.”-----

-----O Primeiro-secretário da Mesa da AMS, João Narciso tomou do uso da palavra e disse que o objetivo desta Saudação era enaltecer e valorizar a forma como os Professores, alunos e toda a comunidade envolvida neste Projeto, num ano em que o mais fácil seria “deixar cair” o mesmo, mas a posição de todos e, nomeadamente dos professores, tinha sido em sentido contrário, tendo manifestado, desde logo, grande interesse e desejo em dinamizar esta iniciativa.-----

*-----Após a votação, a Assembleia Municipal aprovou, por **unanimidade**, a **Saudação à 18ª Assembleia Municipal de Jovens**.-----*

*-----De seguida, foi apresentada a **Saudação a Ricardo Manuel Carapinha Pólvora Caleiro**, cujo conteúdo a seguir se transcreve:-----*

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----“No dia 10 de junho de 2021, tomou posse como Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Sesimbra, após nomeação da direção e homologação do presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. -----

-----Descendente de uma família dedicada à nobre causa dos bombeiros e em particular à Real Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sesimbra, aos três anos de idade começou a frequentar o antigo quartel, levado pela mão do seu pai Lúcio Caleiro 2.º Comandante e grande impulsionador da construção do atual quartel. -----

-----Ricardo Manuel Carapinha Pólvora Caleiro, é natural de Sesimbra – Santiago, ingressou oficialmente no Corpo de Bombeiros de Sesimbra aos 13 anos de idade em 01-01-1976, no posto de infante. -----

-----Sempre primou por receber formação sendo um formando acima da média, que originou a sua promoção ao posto de Bombeiro de 3.ª classe em 20-09-1982, antes da idade mínima de acesso. -----

-----A progressão na carreira de bombeiro do Quadro Ativo deu-se naturalmente no tempo e dentro dos limites das vagas, sendo promovido a Bombeiro de 2.ª em 31-10-1986, a Bombeiro de 1.ª em 11-08-1996 e a Subchefe em 18-04-1998. -----

-----Em toda a sua carreira é constante a evolução curricular da formação especializada, destacando a frequência com aproveitamento dos cursos de Laboratório Móvel de Fogo, Tripulante de Ambulância de Socorro, Salvamento e Desencarceramento, Chefe de Grupo de Combate a Incêndios Florestais, Controlo de Matérias Perigosas e Condução Todo-o-Terreno. -----

-----Recentemente, e para que fosse nomeado Comandante do Corpo de Bombeiros de Sesimbra, frequentou a formação de Quadros de Comando, onde constavam os seguintes módulos: -----

-----Jurídica, Administrativa e Operacional de Corpos de Bombeiros, Gestão de Operações de Combate a Incêndios Urbanos e Industriais, Gestão de Operações de Combate a Incêndios Rurais, Gestão de Operações com Multivítimas e Matérias Perigosas e Liderança Avançada. -----

-----Na vida profissional, é ainda de destacar a conclusão com mérito do Curso de Coordenador Municipal de Proteção Civil. -----

-----Ricardo Caleiro representa o que a nossa sociedade tem de melhor e mais nobre a entrega à causa do bem comum, a defesa desinteressada de pessoas e bens, tendo por base o Lema “Vida por Vida”. -----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra, na terceira reunião da sessão ordinária de junho realizada no dia 2 de julho de 2021, delibera: -----

-----Saudar o Comandante Ricardo Caleiro e desejar-lhe o maior êxito nesta tão nobre missão. -----

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Dar conhecimento -----

-----Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Sesimbra; Real Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sesimbra; Federação dos Bombeiros do Distrito de Setúbal; Liga dos Bombeiros Portugueses; Comunicação social local e regional.”-----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a **Saudação a Ricardo Manuel Carapinha Pólvora Caleiro.**-----

-----Foi depois apresentada a **Saudação subordinada ao tema “Voluntariado no Apoio à Vacinação para a Covid-19”**, que a seguir se transcreve: -----

-----“Desde há cerca de 4 meses que uma equipa da Proteção Civil da Câmara Municipal de Sesimbra e diversos voluntários participam ativamente no apoio ao processo de vacinação para a Covid-19, iniciativa a decorrer no Centro de Vacinação do concelho, instalado no Pavilhão Municipal na Quinta do Conde.-----

-----Efetivamente, desde o passado dia 1 de Março, que um grupo que já conta com 100 voluntários, distribuídos em pequenas equipas de 8/10 pessoas por turno, mantém uma presença diária para prestar apoio aos utentes que ali se deslocam para serem vacinados.-----

-----No âmbito de uma colaboração desenvolvida com a Câmara Municipal de Sesimbra e o ACES Arrábida, todos os dias os voluntários distribuem-se em turnos de 5h, ou mais horas, e juntam-se à equipa de profissionais presente no Centro de Vacinação, acolhendo, informando e auxiliando os utentes a deslocar-se no espaço, ajudando a preencher os questionários obrigatórios, e dando uma palavra de conforto a todos os que vão ser vacinados. Neste momento, já foram realizadas mais de 1080 horas de voluntariado naquele espaço.-----

-----Procurando implementar as melhores práticas na gestão de voluntariado, a Câmara Municipal de Sesimbra, através do Gabinete Municipal de Proteção Civil, proporciona enquadramento legal e formal, acompanhamento diário, formação sobre as medidas de higiene e segurança no âmbito deste projeto de voluntariado, funcionamento do próprio projeto e outra informação útil para a prática qualificada de voluntariado.-----

-----O Projeto de Voluntariado no Apoio à Vacinação para a Covid-19 constitui-se num importante apoio para os utentes, particularmente os mais idosos, e para as suas famílias, contribuindo para agilizar e facilitar o processo e, fundamentalmente, humanizar todo o sensível procedimento de vacinação.-----

-----A pandemia também está a ser um verdadeiro teste ao nosso sistema de saúde e tem colocado enormes pressões, mas tem elevado, paralelamente, a sua enorme capacidade de trabalho, dedicação, empenho e coragem.-----

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra, enaltece também o facto da pandemia ter significado para os profissionais de saúde um recomeço e uma oportunidade para explorar novos modelos de cuidados no centro dos sistemas de saúde. -----

-----Assim, consideramos “justo” e “merecido” que o trabalho da Câmara Municipal de Sesimbra, através do Gabinete Municipal de Proteção Civil, dos voluntários e dos profissionais de saúde seja louvado. -----

-----Dar conhecimento: -----

-----Primeiro-Ministro; Ministra da Saúde; Presidente da Assembleia da República; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Unidade de Saúde Familiar do Castelo; UCSP de Sesimbra; UCSP da Quinta do Conde; Unidade de Saúde Familiar Conde Saúde; ACES Arrábida; Ordem dos Enfermeiros; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Sesimbra; Comunicação Social Local e Regional.” -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva**, que cumprimentou todos os presentes e disse que o Grupo Municipal do PSD entendera apresentar esta Saudação, tendo em consideração que, há mais de quatro meses que uma equipa da Proteção Civil da Câmara Municipal e diversos voluntários, participavam ativamente no processo de vacinação a decorrer nas instalações do Pavilhão Municipal da Quinta do Conde. Realçou também a colaboração desenvolvida da CMS com o ACES-Arrábida e disse que este Projeto constituía um apoio muito importante para todos os utentes, nomeadamente para os mais idosos e, por esse motivo, ter sido entendido que esta Saudação seria justa e merecida para com todos os voluntários e Profissionais de Saúde envolvidos. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Rui João Rodrigues**, que cumprimentou todos os presentes e disse que a bancada da CDU concordava com esta Saudação aos profissionais e voluntários que davam apoio à vacinação do Centro de vacinação da Quinta do Conde, mas quando se dizia que a pandemia estava a ser um verdadeiro teste ao nosso Sistema de Saúde e tinha colocado enormes pressões, mas que tinha elevado, paralelamente, a sua enorme capacidade de dedicação, empenho e coragem, não se podendo deixar de referir o forte desinvestimento que tinha sido feito no Sistema Nacional de Saúde ao longo dos anos, mas que era mais evidente agora com a pandemia. Disse que a bancada da CDU havia apresentado uma proposta ao Grupo Político do PSD para que a mesma fosse incluída no texto, o que não acontecera, assim como a sua bancada saudava os voluntários, enfermeiros e todo o pessoal que estava a cumprir este serviço à população do Concelho de Sesimbra, mas também se devia exigir, face ao avanço da pandemia e áquilo que se intitulava hoje a 4ª vaga, a abertura imediata do Centro de Vacinação

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

instalado nas instalações do Grupo Desportivo de Sesimbra, na freguesia de Santiago e que seria uma forma de acelerar o processo de Vacinação no Concelho e que a imunidade de grupo, por assim dizer, fosse tornada mais rápida. Acrescentou que, embora esta proposta não tivesse sido aceita pelo PSD, a bancada da CDU não poderia deixar de referir estes factos e que o voto da bancada seria favorável. -----

-----Foi cedida a palavra à **Segunda-secretária da Mesa da AMS, Conceição Gonçalves**, que cumprimentou todos os presentes e disse que não participaria na votação, por motivo de estar diretamente envolvida neste Processo. -----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal aprovou, por **unanimidade, a Saudação subordinada ao tema “Voluntariado no Apoio à Vacinação para a Covid-19”**. -----

-----Continuando os trabalhos, o **Coordenador da Comissão Sociocultural, Rui João Rodrigues** leu a apresentação da **Moção com o título “Estado de Saúde no Concelho de Sesimbra”**, cuja intervenção a seguir se transcreve: -----

-----“Hoje, com a apresentação da Moção sobre o estado da Saúde no Concelho de Sesimbra, dá-se por encerrado o trabalho que decorreu durante alguns meses e onde esta Comissão se dedicou ao tema da Saúde do Concelho e que deveria culminar com a realização de uma Assembleia Municipal temática sobre esta matéria, a qual, infelizmente, não se pode realizar devido à situação pandémica em que vivemos. Para esse facto, foi atendido perante este facto, foi entendimento desta Comissão e também da Comissão de Líderes devolver o Relatório às Entidades com quem se reuniu e saber se o mesmo se mantém atual. Reunimos com todas as Entidades ligadas à área da Saúde sediadas no Concelho de Sesimbra e também com o ACES-Arrábida, procurando perceber as dificuldades e constrangimentos existentes e que me medidas preconizam e que consideram ser necessárias por uma melhor prestação de cuidados de saúde à população do Concelho de Sesimbra. Este documento final que hoje se apresenta para deliberação é fruto da cooperação dos membros desta Comissão na elaboração do mesmo. O que se apresenta hoje, é na prática, onde aquilo que se entendeu por mais pertinente, a ser retirado do Relatório final elaborado no final das audições e que foi apresentado e votado por unanimidade a 18 de outubro de 2018 por esta Assembleia Municipal. É um documento que busca a unanimidade e que reflete as diversas sensibilidades políticas presentes da Comissão Sociocultural. O uso de determinados termos em função de outros na composição do texto final, acaba por ser irrelevante face ao conteúdo final do documento a apresentar. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, caros Deputados desta casa, face à importância deste documento a sua unanimidade é essencial para que a eficácia do mesmo eficácia do mesmo, refletindo assim aquilo que é o sentimento desta Assembleia Municipal nas questões da Saúde no nosso

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Concelho, fator essencial para a qualidade de vida das nossas gentes. Para terminar esta intervenção inicial, resta-me agradecer aos membros da Comissão “3” pela colaboração prestada ao longo deste Mandato. Por fim, um agradecimento especial a todas as Entidades que nos receberam e que nos inteiraram da realidade vivida pelos profissionais e pelos utentes nas questões de Saúde no Concelho de Sesimbra.”-----

*-----Após a votação, a Assembleia Municipal aprovou, por **unanimidade**, a **Moção com o título “Estado de Saúde no Concelho de Sesimbra”**, cujo conteúdo a seguir se transcreve:-----*

-----“O Relatório sobre o Estado da Saúde no Concelho de Sesimbra, elaborado pela Comissão Sociocultural, mereceu a sua aprovação na sessão da Assembleia Municipal ocorrida a 18 de outubro de 2018, na sequência da qual foi considerada a realização de uma sessão temática sobre o assunto em apreço. -----

-----A referida Comissão desenvolveu um plano das audições junto de todas as entidades ligadas à área da Saúde, sediadas no concelho de Sesimbra, procurando perceber as dificuldades e constrangimentos existentes, assim como as medidas preconizadas ou consideradas necessárias para uma melhor prestação de cuidados de saúde à população do concelho de Sesimbra. -----

-----Na realidade, o trabalho da referida Comissão decorreu durante alguns meses, tendo sido realizados, pela mesma, encontros diretos com as diferentes instituições, iniciando o seu contato com a Unidade de Saúde Familiar do Castelo, à qual se seguiram as seguintes instituições: UCSP de Sesimbra, UCSP da Quinta do Conde, Comissão Representativa dos Utentes dos Serviços Públicos de Saúde da Quinta do Conde, Unidade de Saúde Familiar Conde Saúde, terminando com o ACES Arrábida. -----

-----Globalmente, as reclamações mais evidentes eram direcionadas para as questões relativas à degradação das instalações, nomeadamente humidade nas paredes e a consequente existência de bolores nas paredes e nos tetos, e a necessidade de recuperação das antigas instalações, já que algumas instalações atuais não dão resposta adequada à população. Estas situações eram mais evidentes na Unidade de Saúde Familiar do Castelo, na UCSP da Quinta do Conde e UCSP de Sesimbra. -----

-----Um outro aspeto em destaque, no referido Relatório, dizia respeito à falta de médicos e outros profissionais da saúde, incluindo insuficiente número de recursos humanos, bem como a falta de material de diagnóstico, nomeadamente aparelhos para medir a tensão arterial, que segundo foi referido, muitas vezes são equipamentos pessoais. Estas foram algumas das questões colocadas por vários responsáveis. -----

-----Foi, igualmente, evidenciada a necessidade de outro edifício na zona da Quinta do Conde 1, necessidade essa há muito constatada pela população dessa freguesia.-----

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Em conclusão, dada a importância, abrangência e complexidade dos constrangimentos abordados e na impossibilidade de se realizar uma assembleia municipal temática sobre o Estado da Saúde no Concelho de Sesimbra, foi entendimento da Comissão Sociocultural que o trabalho então desenvolvido devia culminar com a elaboração de um documento de apresentação de medidas de atuação às diversas entidades intervenientes, procurando assim contribuir para uma melhoria das condições de acesso a saúde pela população do concelho de Sesimbra.-----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 2 de julho, delibera: -----

-----Solicitar-----

-----1. Ao Ministério da Saúde que: -----

-----A - Sejam criadas as condições para que a equipa de cuidados paliativos dê resposta às necessidades da população;-----

-----B - Contrate Médicos e Enfermeiros de forma a colmatar as necessidades de funcionamento dos serviços prestados à população;-----

-----C- Diligencie no sentido de dotar os Centros de Saúde do concelho de equipamentos de diagnósticos adequados à prática médica dos profissionais que aí exercem funções;-----

-----D - Diligencie no sentido de dotar o concelho de Sesimbra de médicos de especialidade para o novo centro de saúde de Sesimbra, de forma a evitar a deslocação dos utentes do concelho para outras unidades de saúde fora da área do município.-----

-----2. Ao Ministério das Finanças que proceda à publicação da portaria de extensão de encargos para que se dê início à obra de construção do novo centro de saúde na Quinta do Conde. -----

-----3. Ao Governo que diligencie no sentido da imediata construção do novo Hospital do Seixal.-----

-----4. Delibera ainda reafirmar o apoio da Assembleia Municipal de Sesimbra na defesa do direito constitucional das populações do Concelho à proteção na Saúde. -----

-----5. Dar conhecimento desta Moção às seguintes entidades: -----

-----Primeiro-ministro; Ministra da Saúde; Ministro das Finanças; Secretária de Estado do Orçamento; Presidente da Assembleia da República; Grupos parlamentares da Assembleia da República; Unidade de Saúde Familiar do Castelo; UCSP de Sesimbra; UCSP da Quinta do Conde; Comissão Representativa dos Utentes dos Serviços Públicos de Saúde da Quinta do Conde; Unidade de Saúde Familiar Conde Saúde; ACES Arrábida; ARS Lisboa e Vale do Tejo; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do concelho de Sesimbra; Comunicação Social Local e Regional.” -----

-----O Deputado Lobo da Silva prestou a seguinte Declaração de Voto, que se passa a transcrever: ---

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----“A Moção hoje apresentada é o resultado de um trabalho árduo de todas as forças políticas desta Assembleia que se empenharam em ouvir todos os intervenientes. Não tivesse sido a pandemia, mais trabalho, certamente, esta Comissão coordenada pelo Senhor Deputado Rui João tinha realizado. Sou apologista que as Moções emanadas das forças políticas devem ter uma estrutura e uma linguagem que só ao partido que a apresenta diz respeito e quando se apresenta um documento emanado de uma Comissão, é diferente e temos de ter alguma atenção a este princípio base que sustenta que todas as forças políticas têm de se rever. E foi assim que esta Moção, apresentada pelo Senhor Coordenador, fez a sua apresentação, há cerca de uma semana, a todos os seus membros. Salvo, quando depois de várias trocas de ideias e sugestões por parte de todos os elementos desta Comissão, chegámos à parte deliberativa e aí, eis que surge um senão. Eu defendi uma expressão mais condizente com a falta de infraestruturas e falta de equipamentos no nosso Concelho e outros, entenderam utilizar uma expressão mais “soft”, ou se quisermos mesmo, uma posição mais amiga. Eu defendi a expressão “exigir”, que não foi aceite. Entendo, e sempre entendi que, independentemente do Partido que nos governa em S. Bento, os autarcas são eleitos pela população do seu Concelho e é para eles que temos de trabalhar. Relembro que foi assim a minha postura, aquando do último Governo do PSD, em que este não viabilizou a possibilidade da construção da Escola Secundária da Quinta do Conde, apesar de todos nós sabermos em que situação se encontrava o País, relembro, na bancarrota, e teve de pedir auxílio externo. Não havia dinheiro, de facto, nem para as mais básicas despesas, mas eu, nesta casa, exigi. Assim entendi e pessoalmente, na Assembleia Municipal, fui contra a postura do meu Partido e apresentei Moções sempre a exigir a construção daquela escola. Daí, ter sugerido que deveríamos ter utilizado a expressão “exigir” e não as expressões “sejam criadas as condições”, “contratar mais médicos” e pasme-se, “diligencie” e só faltou mesmo inscreverem “quando V^a Exas. assim o entenderem ou quiserem”. A esta submissão eu digo “não”, “não” e “não”. A palavra correta, nesta Moção, quanto a mim, era “exigir” ou se quisermos usar uma expressão menos arrojada, poderíamos ter utilizado “reclamar”. Estranhamente, não foi esse o entendimento das forças políticas da CDU, do PS, do MSU, do BE e da Deputada do PSD, que não aceitaram a inclusão da palavra “exigir” ou “reclamar”. Lamento que tenham tido este comportamento com a Moção sobre a Saúde, que está tão doente no nosso Concelho e não quero pensar que a expressão “exigir” não foi utilizada porque esta Moção, além de ter de ser exigido a construção do Hospital do Seixal, exigia o novo Centro de Saúde da Quinta do Conde. Mais incrédulo fiquei quando, na Moção pela defesa das Pescas em Sesimbra, apresentada pela Comissão “4”, a palavra “reclamar” esteja plasmada na parte deliberativa, e muito bem. Pergunta-se: o que mudou? Qual a razão dos Deputados, que

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

praticamente são os mesmos, aceitarem a palavra “reclamar” numa Moção e não aceitarem a mesmíssima palavra na Moção sobre a Saúde no Concelho? Como diz o velho ditado, há razões que a própria razão desconhece, mas na verdade, o mais importante é o conteúdo da Moção e essa sim, é o que visa, é a construção da Unidade e de dotar o Concelho com mais meios, daí não ter concordado com as expressões utilizadas na parte deliberativa e impostas pelos Deputados da CDU, PS, MSU, BE e da Deputada do PSD, mas por respeito aos munícipes que me elegeram, votei contrariado, mas votei favoravelmente. Como um dia disse Francisco Sá Carneiro: “A política sem riscos é uma chatice, mas sem ética é uma vergonha””.-----

-----Prosseguindo os trabalhos, teve início a apresentação da **Moção** subordinada ao assunto “**Pela Defesa da Pesca em Sesimbra – Todos a Uma Só Voz**”. A **Presidente da AMS** disse que este documento havia tido exatamente a mesma metodologia em relação à Comissão “4” e solicitou à Coordenadora da mesma que fizesse a sua apresentação.-----

-----A **Deputada Sandra Carvalho** disse que esta Moção resultava de uma opção que tivera de ser tomada pelo facto de não se ter podido realizar a Assembleia Municipal temática na sequência da audição de todas as Entidades e Operadores ligados ao setor da Pesca e que tinham sido cerca de 13 Entidades ao longo de quase um ano de trabalho que sintetizava aquelas que eram as preocupações em torno daquele que era um dos setores, económica e culturalmente, mais importantes para o Concelho de Sesimbra. Disse que, não tendo havido a possibilidade desta realização, esta Proposta de documento havia sido, de novo, enviada às Entidades para se pronunciarem e, eventualmente, darem mais algum contributo para enriquecer o documento. Referiu ter-se obtido a sua anuência ao mesmo e, neste sentido, estar agora à votação, sendo que o mesmo tinha, no seu final, referência para onde deveria ser direcionado, para que todas as Entidades, governamentais e outras, centrais e locais, tivessem conhecimento daquilo que eram as preocupações, mas também os anseios e as esperanças que todos os operadores ligados à Pesca tinham no Concelho de Sesimbra.-----

-----A Deputada agradeceu ainda a disponibilidade das Entidades para reunir, e ainda dos colegas desta Comissão e que tinha sido feito um trabalho extensivo e abrangente, com o acolhimento de todas as sensibilidades. Salientou ainda que, com todas as circunstâncias, este documento era emblemático de todo o trabalho que tinha sido realizado. Agradeceu ainda à Presidente da AMS e Mesa, bem como ao pessoal de apoio, com todo o apoio dado nesta tarefa.-----

-----Interveio o **Presidente da CMS** que cumprimentou todos os presentes e que, considerando aquilo que eram estes três pontos deliberativos, disse que faltava uma tutela relativamente ao ponto 3 e que

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

era o Ministro das Infraestruturas e da Habitação e a correspondente Secretaria de Estado das Infraestruturas. -----

-----Feita esta inclusão e após a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, aprovar a **Moção subordinada ao assunto “Pela Defesa da Pesca em Sesimbra – Todos a Uma Só Voz”**, cujo teor se passa a transcrever: -----

-----“A pesca representa a principal atividade económica de Sesimbra, sendo bastante relevante para o traço identitário da população do Concelho. Deste setor depende a sustentabilidade económica e social de elevado número de famílias, estejam elas ligadas diretamente às atividades de captura, comércio e transformação de pescado ou através de atividades conexas. -----

-----Face a esta relevância do setor da pesca no Concelho, no mandato 2017-2021, a Comissão Permanente de Desenvolvimento Económico da Assembleia Municipal de Sesimbra, Comissão nº 4, identificou a necessidade de auscultação às entidades que representam os principais agentes do setor. --

-----O conjunto de audições levadas a cabo incluiu um total de 13 entidades, a seguir indicadas por ordem cronológica de auscultação: SESIBAL – Cooperativa Pesca Setúbal, Sesimbra e Sines, ArtersanalPesca – Organização de Produtores de Pesca CRL, Associação Sul dos Armadores de Pesca, Construção Naval e Recreio, Associação dos Armadores da Pesca Artesanal e Local do Centro e Sul, o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul, da Mútua dos Pescadores, Capitania do Porto de Setúbal e Delegação Marítima de Sesimbra, Docapesca - Portos e Lotas, S.A., da Administração dos portos de Setúbal e Sesimbra, Direção Regional da Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, FOR-MAR – Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar, Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo do Distrito de Setúbal e a Federação dos Sindicatos do Setor das Pescas. -----

-----Através destas audições foi possível identificar as principais dificuldades e ameaças vivenciadas, recolher contributos para ultrapassar essas dificuldades, assim como salientar alguns progressos registados nos últimos anos. Com esta abordagem foi também possível construir uma perspetiva abrangente sobre a forma como se desenvolve a atividade e qual o papel das diferentes entidades e agentes do setor. -----

-----Nesse sentido, destacam-se as principais conclusões transversais a todos os auscultados: -----

- 1. A carência de profissionais habilitados para as tripulações;-----
- 2. A falta de capacidade de atrair jovens para o setor; -----
- 3. A necessidade de melhoria da oferta formativa para qualificação dos profissionais;-----
- 4. O aprofundamento do diálogo entre os biólogos e profissionais da pesca, no sentido de permitir

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

obter resultados dos modelos de avaliação da biomassa mais ajustados à realidade;-----

-----5. A limitação ao desenvolvimento do setor em Sesimbra que é imposto pela falta de acessibilidade de viaturas pesadas ao porto de pesca; -----

-----Para além destas questões de carácter transversal, na perspetiva das organizações de produtores e associações de pescadores e armadores, existem também preocupações com:-----

-----6. A necessidade de renovação da frota e a falta de fundos comunitários para apoiar essa renovação;-----

-----7. A escassez de estaleiros e de mão-de-obra qualificada para dar resposta às necessidades de manutenção da frota, em particular das embarcações de madeira;-----

-----8. A impossibilidade de os pescadores continuarem a atividade após a reforma, que ocorre aos 55 anos, por ser assumida como uma profissão de desgaste rápido;-----

-----9. A necessidade de estabelecimento de períodos de defeso para espécies, acompanhado de atribuição de subsídios para o efeito;-----

-----10. A revisão urgente do Regulamento do Parque Marinho Prof. Luiz Saldanha;-----

-----11. O desequilíbrio verificado entre o preço praticado na primeira venda de pescado e o preço de venda final ao consumidor;-----

-----12. Reforçar as ações de promoção e divulgação que têm sido desenvolvidas para o aumento do consumo de pescado, especialmente junto do público jovem;-----

-----No decorrer da auscultação foram também referidos aspetos positivos e salientada a evolução que o setor tem tido nos últimos anos, como foi o exemplo de:-----

-----13. A melhoria das condições de segurança e de conforto dos trabalhadores a bordo das embarcações;-----

-----14. O papel das organizações de produtores na estabilização dos preços e do retorno económico dos pescadores e armadores;-----

-----15.O projeto pioneiro de constituição do Cabaz do Peixe, que veio permitir melhorar o retorno económico do esforço de pesca dos pescadores e armadores.-----

-----Considerando o exposto a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 2 de julho, delibera: ----

-----1 – Manifestar preocupação com os constrangimentos identificados e expressar solidariedade para com os pescadores, armadores e organizações de produtores do setor das pescas de Sesimbra.-----

-----2 – Recomendar ao Governo a implementação de medidas efetivas que permitam colmatar as referidas reivindicações sublinhadas por todos os que operam no setor.-----

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----3 – *Reclamar a urgente construção de um novo acesso ao Porto de Abrigo de Sesimbra que resolva problemas já identificados na circulação e descarga de veículos.* -----

-----4 - *Dar conhecimento desta Moção às seguintes entidades:* -----

-----*Ministro do Mar; Ministro das Infraestruturas e da Habitação; Secretário de Estado das Infraestruturas; Secretária de Estado das Pescas; Comissão de Agricultura e Mar da Assembleia da República; Associação Nacional dos Municípios Portugueses (Secção de municípios com atividade piscatória e portos de pesca); Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Câmara Municipal de Sesimbra, Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho; Conselho Municipal de Pescas de Sesimbra; Organizações do setor das Pescas de Sesimbra; Comunicação Social local e regional.* -----

-----O Grupo Municipal do PS prestou Declaração de Voto que, apesar de solicitada, não foi entregue ao Serviço do SAAM. -----

-----Tomou do uso da palavra o Deputado José Guerra que apresentou a Moção **com o título “Acontecimentos de Alteração da Ordem Pública”**: -----

-----*“Os acontecimentos de alteração da ordem pública ocorridos recentemente num conhecido restaurante, casa de petiscos em Sesimbra, são inaceitáveis e devem merecer todo o nosso repúdio. No entanto, o impacto que os mesmos tiveram em alguns meios de comunicação social e nas redes sociais, deverão merecer a nossa melhor e atenta atenção. Importa pois, mais do que retirar conclusões levianas e precipitadas, que seja realizado pela entidade supervisora e com competência legal para tal, um inquérito à atuação da GNR.* -----

-----*Propõe-se assim que a Assembleia Municipal de Sesimbra solicite um inquérito ao Ministério da Administração Interna sobre a resposta da GNR aos acontecimentos supra citados e que as conclusões do mesmo sejam remetidas a este órgão municipal.* -----

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Sandra Carvalho** que disse que a bancada da CDU considerava que esta Moção não tinha sentido, a partir do momento em que o Senhor Presidente da CMS já havia informado, publicamente na Reunião de Câmara, que estaria a ser levado um inquérito relativamente a esta situação. Disse ainda que se deveria deixar que as Entidades realizassem o trabalho que tinham a fazer e atuassem dentro daquilo que era a sua competência. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado José Guerra** que disse que se estava a acontecer uma investigação, não entendia o porquê de uma Moção sobre esta situação não poder continuar de pé porque no próprio documento apresentado pelo Grupo Municipal do PS se levantavam essas próprias suspeitas sobre alegados casos e outros. Acrescentou que a única frase que poderia ser alterada era que

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

se concluísse a investigação já existente e que a mesma fosse comunicada à Assembleia Municipal.-----

-----Interveio o **Presidente da CMS** que disse que não se deveria confundir um inquérito com uma investigação criminal. Neste momento estava a ser feita uma investigação criminal aos acontecimentos ocorridos e relativamente ao inquérito, havia a atuação da GNR. Disse, pessoalmente, já ter as respostas verbais dadas pela Tutela, face à atuação e Protocolo existente, pelo Comandante Territorial de Sesimbra e que também os familiares haviam estado reunidos com as forças da GNR. Disse que não se iria imiscuir na Moção pois essa era uma responsabilidade dos Deputados Municipais. Referiu também que sabia aquilo que lhe havia sido transmitido, quer pelo Comando local, quer pelo Comando Distrital e Tutela, face às circunstâncias, onde a questão de fundo era a atuação face à ausência de efetivos no Posto da GNR de Sesimbra ou o número de efetivos que não permitira outra atuação e que este era o verdadeiro problema. -----

-----Para terminar a sua intervenção, o Presidente disse ainda que o que o BE deveria aqui colocar era a exigência na colocação de mais efetivos nos Postos Territoriais de Sesimbra.-----

-----A **Deputada Sandra Carvalho** tomou do uso da palavra e disse este documento se tratava de uma “pouca-vergonha” de aproveitamento político de uma situação absolutamente lamentável e que, relativamente à CDU, não havia qualquer forma de compor esta Moção para que fosse aprovada.-----

-----A Presidente da AMS disse que o que estava em causa era perceber aquilo que o proponente colocaria na sua redação e, naturalmente que, a Assembleia Municipal deliberaria em função da redação apresentada, tratando-se de uma opção do proponente. -----

-----Após a votação, estando presentes 24 eleitos, a Assembleia Municipal deliberou, por **maioria, com um voto a favor do BE e 23 votos contra (12 CDU, 7 PS, 2 PSD e 2 MSU) rejeitar a Moção com o título “Acontecimentos de Alteração da Ordem Pública”**. -----

-----O Grupo Municipal da CDU prestou Declaração de Voto que, apesar de solicitada, não foi entregue nos SAAM.-----

-----O Grupo Municipal do MSU prestou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“No passado dia 14 de Junho de 2021, ocorreu um episódio de violência e vandalismo perpetrados sobre os funcionários/proprietários do estabelecimento de restauração “O FORMIGA”, que é uma referência na vila de Sesimbra. -----

-----A propósito deste episódio lamentável, quando tomou conhecimento do mesmo, e no sentido de compreender o que motivou a presença tardia das forças de segurança no local do incidente, a Comissão



Assembleia Municipal de Sesimbra

de Líderes solicitou com carácter de urgência a audição do Comando Territorial de Setúbal da Guarda Nacional Republicana, a qual teve lugar no passado dia 21 de Junho. -----

-----Dessa reunião, onde estiveram devidamente representados todos os grupos municipais, resultou o texto da moção “Pela Condenação da Violência e Cumprimento das Regras Sanitárias”, apresentado pela Comissão de Líderes dos Grupos Municipais na presente sessão de 02 de julho de 2021. -----

-----Esta questão foi sempre tratada no âmbito da Comissão de Líderes, da qual faz parte o deputado municipal que representa o Bloco de Esquerda. -----

-----Ora, a apresentação de uma moção alternativa por parte do Bloco de Esquerda, além de sugerir a tomada de medidas pela Assembleia Municipal em contraciclo com o acordado em sede Comissão de Líderes, traduz uma clara manifestação de deslealdade do líder do grupo municipal do BE, quer para com a Comissão de Líderes enquanto referência política do nosso Município, quer para com os seus membros, que não obstante perfilharem perspetivas políticas distintas, sempre souberam preservar um ambiente de cooperação e lealdade política. -----

-----Pelas razões aduzidas, o Grupo Municipal do MSU não pode deixar de condenar veementemente o comportamento do Bloco de Esquerda, na pessoa do seu líder municipal, votando contra a moção que veio apresentar.” -----

*-----Em seguida, foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** que fez um breve enquadramento da **Moção com o título “Moção – Pela Condenação da Violência e Cumprimento das Regras Sanitárias”**. --*

-----O Deputado começou por dizer que, na prática, esta ideia da Moção havia surgido, precisamente, numa reunião da Comissão de Líderes em que se percebia que, no conjunto de todas as bancadas presentes e com todos os elementos da Comissão de Líderes, havia um sentimento de condenação pelo que tinha acontecido e revolta pela situação e ter-se visto a nossa “terra” passar por todo o País com imagens que todos lamentavam, e sendo uma situação que não se gostava de ver repetir, considerou-se que era importante marcar uma posição nesta Assembleia e que, do conjunto das intervenções de todos os elementos presentes nessa reunião, foram retidos quatro pontos essenciais que seriam os pontos deliberativos. Disse também que no decorrer desta reunião e até por sugestão da Presidente da AMS, havia surgido a iniciativa de convidar, quer o Comando Territorial de Setúbal, quer o Comando do Posto local da GNR de Sesimbra para uma audição para se perceber os contornos daquilo que tinha acontecido e que aconteceu, de facto, essa audição com o Comandante do Comando Territorial de Setúbal, precisamente 2 ou 3 dias depois desta reunião, tendo sido este documento preparado já depois dessa reunião para se tentar perceber melhor os contornos e estar melhor estudado, face áquilo que poderiam

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

ser as informações retidas. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Valente** que disse que esta Moção surgira com o intento de não haver aproveitamento político, mas não ficando satisfeito, o BE fizera exatamente um comunicado, e mais uma vez, o CDS também fizera um comunicado. O Deputado salientou que a CDU já estava habituada a esta política e que não tinha feito qualquer comunicado devido a ter um espírito de equipa e que tinha sido por isso mesmo que este documento surgira. Recordou ainda os Deputados que não se tinha falado em segurança e que Portugal era um dos países mais seguros do Mundo. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Miguel Ribeiro** que enalteceu o trabalho realizado ao nível da Comissão de Líderes na preparação deste documento que foi depois elaborado pelo Deputado Sérgio Faias, resultante da concordância de todos os Líderes e este era caso para dizer que a Comissão de Líderes fazia o seu trabalho e também tinha sido entendimento, auscultar quem de direito, a propósito destes acontecimentos terríveis vivenciados em Sesimbra. Disse ter havido quem passasse por cima deste trabalho e que, pessoalmente, se tinha sentido desrespeitado e que o trabalho da Comissão de Líderes estava a ser posto em causa e não lhe parecia nada correto ter sido acertada uma coisa e depois haver uma força política a apresentar um documento completamente contrário àquilo que tinha sido combinado. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado José Guerra** que disse que só quem não lia as coisas é que poderia fazer confusão porque comparar o comunicado com o comunicado do CDS, que falava em etnias e noutras coisas, tinha algum enviesamento. Disse que tinha havido o compromisso, na reunião da Comissão de Líderes, em ser feito um texto conjunto e que logo nesse momento, tinha levantado algumas dúvidas sobre aquilo que se estava a defender. Disse que, sabendo, na prática, que era isso que iria acontecer, tentara fazer uma contraproposta, ou tentar entrar em discussão ou até mesmo tentar melhorar aquilo que aparecesse escrito. Referiu que esta Moção, antes das suas deliberações, tinha uma linguagem bastante pesada, referindo “violência extrema”, algo do qual o próprio Comandante Distrital havia rido e que a Assembleia Municipal não se lembrara de o ouvir aquando dos tiros no Largo da Marinha e na Rua Cândido dos Reis. Disse ainda que as coisas não podiam ser levadas individualmente e que a melhor maneira de combater o populismo era não o ser e não escrever aquilo que as pessoas queriam ouvir. O Deputado disse ainda não se sentir capaz de votar. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que disse que esta pandemia havia trazido muita coisa, mas também tinha de se reconhecer que tinha trazido alguns desvarios políticos. Referiu que esta Moção, a qual o PSD votaria favoravelmente, refletia aquilo que tinha sido combinado em Comissão

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

de Líderes, ponto por ponto. Disse ainda que se houvesse alguma força política que quisesse dar o seu contributo, poderia tê-lo feito, mas não se poderia vir dizer que já se sabia que seria assim. Salientou que todos haviam tido oportunidade de fazer alterações, só que, efetivamente, a Moção refletia aquilo que tinha sido combinado, com a definição dos pontos que estavam plasmados no documento. -----

-----O Deputado disse que Sesimbra tinha andado nas “bocas” do Mundo pelas piores razões e não se poderia passar a imagem de que era um Concelho inseguro. Para terminar, desejou uma rápida recuperação às pessoas e a esta casa comercial. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Rui João Rodrigues** que disse ter decidido intervir, uma vez que tinha estado presente na reunião da Comissão de Líderes, em substituição do líder de bancada da CDU. Referiu que na dita reunião, tinha ficado definido que haveria uma estratégia para elaboração de um documento sobre este tema tão sensível ao Concelho de Sesimbra e às próprias forças de segurança. Foi então solicitada uma reunião ao Comando da GNR, na qual a Comissão de Líderes estivera presente e onde foram dadas todas as explicações possíveis sobre este caso que estava sob investigação e que só não percebia quem não queria e que o Deputado José Guerra estivera “mudo e quedo” durante toda a reunião, sem ter colocado qualquer questão nem levantado problemas. Foi um espanto, antes de ter “entrado” este documento do Deputado Sérgio Faias e que tinha sido o estipulado, quando surgiu o documento do BE. Referiu que isto era uma falta de respeito pela Comissão de Líderes e também por esta Assembleia no geral. Disse que não era a primeira vez que o BE tinha esta atitude, o que era já recorrente. Dirigiu-se ainda ao Deputado José Guerra dizendo que a CDU não confundia a linguagem dos vários comunicados feitos, quer do PS, BE e CDS e que apenas não tinha tido uma conduta de aproveitamento político, tal como estas três forças políticas haviam tido no Concelho de Sesimbra, porque a CDU tinha exigido mais meios e reforços de homens e mulheres, a construção do Posto da GNR e mais coisas relativamente à segurança no Concelho de Sesimbra, sem que tivesse sido dada uma resposta do Ministério da Administração Interna. -----

-----Foi depois cedida a palavra ao **Deputado João Pólvora** que manifestou a sua estranheza por alguém considerar que, perante um facto relevante que se passava no Concelho, várias forças políticas decidirem manifestar a sua posição e que se tratava de uma escolha que qualquer força política podia e devia fazer dentro das suas estruturas. -----

-----A **Presidente da AMS** salientou que muito a honrava, enquanto Coordenadora da Comissão de Líderes, o trabalho que tinha vindo a ser desenvolvido porque havia coesão, espírito de equipa, sentido de responsabilidade, cooperação e, sobretudo, sigilo quando era necessário que existisse. Tratava-se de

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

uma honra que cada um, enquanto líder de bancada, podia levar como uma grande experiência de trabalho, preparação e organização desta Assembleia Municipal. Referiu que havia sempre falhas ao sistema e quem não cumprisse, rigorosamente, aquilo que era assumido e neste caso concreto, como era sabido, tinha sido o Deputado José Guerra, do BE, mas não era por *“morrer uma andorinha que acabava a Primavera”*, significando que, pese embora haver esta situação, não se iria deixar quebrar o espírito de equipa, o espírito de trabalho e a honra com que todos tinham participado e essa era uma honra com a qual se queria associar com todos os que trabalharam e trabalhavam com a AMS, nomeadamente os Serviços de Apoio da Assembleia Municipal, que tinham sabido manter o segredo quando era necessário e divulgar quando era preciso.-----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **maioria com 23 votos a favor (12 CDU + 7 PS + 2 PSD + 2 MSU) e 1 voto contra do BE** aprovar a Moção com o título *“Moção – Pela Condenação da Violência e Cumprimento das Regras Sanitárias”*, cujo conteúdo a seguir se transcreve:-----

-----*“No passado dia 14 de junho, os portugueses foram surpreendidos por um episódio de violência e vandalismo extremos, perpetrados sobre os funcionários/proprietários de um estabelecimento comercial que é uma referência na vila de Sesimbra.*-----

-----*A informação disponível sobre o grave incidente ocorrido, aponta para o facto de a origem das agressões estar relacionado com uma alegada tentativa de desrespeito pelas medidas de segurança sanitária em vigor, tendo essa reação violenta resultado em comprovados traumatismos físicos nos funcionários/proprietários do estabelecimento comercial, com consequente internamento hospitalar e ao encerramento temporário da atividade do estabelecimento que, refira-se, corresponde à principal fonte de rendimento da família.*-----

-----*A ocorrência deste episódio de grave violência desenvolveu uma situação de alarme social e de sentimento de insegurança junto da população, agravado pelo facto de as forças de segurança, após terem sido chamadas para intervir no local, terem chegado num momento em que os atos de violência haviam já terminado e em que uma parte dos intervenientes já havia abandonado o local.*-----

-----*Tendo em conta a ocorrência deste caso concreto, assim como o facto de o concelho de Sesimbra ter um forte carácter turístico, atividade muito dependente da reputação e da perceção de segurança por parte de quem aqui vive e nos visita, considera-se que uma presença mais assídua e de proximidade por parte das forças de segurança, poderia ter evitado ou minimizado os incidentes ocorridos ou outros semelhantes que possam a vir a ocorrer. Esta presença é de particular importância no momento de pandemia que vivemos, em que se torna essencial garantir o cumprimento de todas as medidas de saúde*

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

pública em vigor. -----

-----Refira-se que, tendo em conta estes acontecimentos, a Comissão de Líderes dos Grupos Municipais da Assembleia Municipal de Sesimbra solicitou a auscultação do Comando Territorial de Setúbal da Guarda Nacional Republicana, tendo essa auscultação decorrido no passado dia 21 de junho. Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida no dia 2 de julho de 2021, deliberou o seguinte:-----

-----1. Condenar todo e qualquer ato de violência e o desrespeito pelas medidas de saúde pública em vigor. -- -----

-----2. Manifestar a sua solidariedade para com os funcionários/proprietários do Snack-Bar “O Formiga”, pelos acontecimentos ocorridos, e desejar-lhes uma rápida recuperação. -----

-----3. Sensibilizar a população, em geral, para a necessidade do cumprimento das normas e recomendações de segurança sanitária devido à pandemia COVID 19. -----

-----4. Alertar o Governo para a necessidade de reforçar a capacidade das forças de segurança para desempenharem a sua função eficazmente no concelho de Sesimbra, consolidando a pretendida ação mais assídua e de proximidade. -----

-----Dar conhecimento às seguintes entidades: -----

-----Proprietários do Snack Bar “O Formiga”; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e assembleias de Freguesia do concelho de Sesimbra; Conselho Municipal de Segurança; Grupos parlamentares da Assembleia da República; Presidência do Conselho de Ministros; Ministro da Administração Interna; Comando Territorial de Setúbal; Posto Territorial de Sesimbra; Comunicação Social Nacional, Local e Regional.” -----

-----O Grupo Municipal da CDU prestou a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“Esta mesma Moção, no seu primeiro ponto da parte deliberativa, diz “Condenar todo e qualquer ato de violência e o desrespeito pelas medidas de saúde pública em vigor” e no ponto quatro, “Alertar o Governo para a necessidade de reforçar a capacidade das forças de segurança para desempenharem a sua função eficazmente no concelho de Sesimbra, consolidando a pretendida ação mais assídua e de proximidade””. -----

-----O Grupo Municipal do BE prestou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“O Bloco de Esquerda vota contra a Moção apresentada pelas restantes forças políticas desta Assembleia Municipal com o título “Pela Condenação da Violência e Cumprimento das Regras Sanitárias” por conter uma apreciação dos factos não inteiramente esclarecida e por esse motivo, conduzir

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

automaticamente à condenação de uma das partes envolvidas. Aliás, o texto da referida Moção faz referência à informação disponível, querendo, certamente, caracterizá-la como de âmbito limitado e a uma alegada tentativa de desrespeito pela medida de segurança sanitária. Não se compreende que se tomem decisões nesta Assembleia, baseadas em argumentos tão frágeis que não ajudam a esclarecer a opinião pública. Por esse motivo, o Bloco de Esquerda, através do seu representante, apresentou uma Moção alternativa onde, igualmente, se condena a violência, mas propondo à Assembleia Municipal, a sua intenção ao Ministério da Administração Interna, entidade competente nestas matérias, um inquérito aos acontecimentos.” -----

-----Prosseguindo os trabalhos, o **Deputado João Valente** tomou do uso da palavra para fazer uma breve apresentação da **Moção** com o título **“Em defesa de um serviço público de gestão de resíduos”** e que se passa a transcrever: -----

-----“Esta é uma Moção gravosa e que foi apresentada na Assembleia Geral da Amarsul. É uma situação gravosa, a médio prazo, e efetivamente oportuna, ou seja, aproveitando este documento votado por unanimidade na Câmara Municipal de Sesimbra, e eu, deixaria aqui, para questionar o Senhor Presidente da Câmara, o que é que poderá significar, para os consumidores sesimbrenses, o que está aqui a ser preconizado.” -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano**, que cumprimentou todos os presentes e disse que a bancada do PS havia visto este documento com atenção e ficara com algumas hesitações porque parecera haver uma mistura de considerações, algumas delas sem a concordância por parte do PS. Nomeadamente aquela que dizia respeito à gestão pública deste serviço e ao esforço que deveria ser feito para que isso invertesse, nomeadamente em relação à forma como a gestão privada da Amarsul tinha decorrido nestes últimos anos. Disse haver também outras considerações com as quais não poderiam concordar, no que dizia respeito à taxa de gestão de resíduos e alguns comentários que eram feitos relativamente a essa mesma taxa. Referiu que esta matéria já tinha sido, antes, discutida nesta Assembleia e que havia alguns números que a bancada do PS julgava serem prova de que havia muito trabalho para fazer no que dizia respeito ao encaminhamento para aterro de resíduos e que Portugal não se comparava com a média europeia nem com os restantes países da Europa e que tinha vários indicadores preocupantes. Disse que era enviada para aterro, uma percentagem gigantesca de resíduos, muito acima da média europeia, quando havia países com 1%, até 5% e que as metas para a reciclagem e compostagem andavam muito abaixo das metas europeias, bem como a incineração. Salientou que quando se falava nas taxas de gestão de resíduos, aquilo que era cobrado em “jeito” de taxa porque tinha

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

um serviço inerente a essa mesma taxa, e não poderia concordar com aquilo que estava na Moção que apontava que não havia qualquer serviço prestado, mas havia, de facto, um serviço prestado pago sob várias formas, nomeadamente através desta taxa. Disse que quando se falava no seu valor, Portugal teria tido um aumento que teria começado ontem, de 22€/tonelada para esta taxa de gestão. Disse ainda que a média europeia, há alguns anos, andava nos 80€/tonelada e que havia países que ultrapassavam os 100€ e, obviamente que havia utilidade e um princípio associado a esta taxa que funcionava como dissuasor do encaminhamento para o Aterro de resíduos, havendo muito trabalho para fazer.-----

-----O Deputado disse que, aquando da leitura desta Moção, havia várias passagens com as quais a bancada do PS não conseguia concordar em dizer que era necessário e imperioso deixar de impor obrigações em cima dos municípios e dos comportamentos individuais dos seus munícipes, pois era claro que era obrigatório esta imposição, pois as Autarquias não podiam pensar que não tinham tarefas a fazer, e muitas faziam, mas aparentemente não faziam o suficiente, sendo necessário a sua ação relativamente a isto. Ainda no final, na parte deliberativa, disse haver uma total oposição do PS à taxa de gestão de resíduos, passagem com a qual não havia qualquer identificação porque se poderia aceitar que o momento não era o mais adequado para se dar este aumento da TGR para 22€/tonelada em 2021, mas a correção de outubro, feita à 1ª versão da Legislação tinha mudado bastante as coisas, estabelecendo de uma forma mais clara como é que estas receitas de taxa de gestão de resíduos iriam ser utilizadas, obrigando o Governo a ser muito transparente e claro e que parte desta verba poderia reverter, novamente, para os municípios e funcionava como um incentivo à diminuição da produção de resíduos, que não poderia não ter preço e, com a quantidade de trabalho que ainda havia para fazer, e, individualmente, todos teriam de assumir as suas responsabilidades.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Miguel Ribeiro** que disse que a bancada do MSU compreendia o sentido deste documento e que concordava com algumas das preocupações evidenciadas ao longo do mesmo, mas entendia que esta questão da política da gestão de resíduos de forma eficaz, tinha de resultar de um trabalho integrado, não só dos munícipes, dos municípios, das Entidades governamentais, mas de todos e era óbvio que a referência à questão da privatização e isto, era uma questão de coerência com aquilo que o MSU sempre defendera. Considerava que a privatização não era, por si só, a justificação para esta política de gestão de resíduos não correr bem. Disse ainda que, apesar de compreender o sentido deste documento, o sentido de voto da bancada do MSU seria a abstenção. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Presidente da CMS** que disse que seria pertinente que as bancadas, caso houvesse alguma alteração de texto, pudessem apresentar as propostas de alteração para que

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

houvesse o maior consenso possível. Referiu que a sua intervenção eram factos e que o primeiro, em 2016, com a gestão pública, a Amarsul tinha 6 milhões de euros nos seus cofres. O segundo facto, no final de 2020, a Amarsul, com a gestão privada, tinha um resultado negativo de 6 milhões de euros. Disse que o resultado no final de 2020 para o ano de 2021, uma engenharia financeira, muito discutida também em Sede do Município e apresentada à Entidade Reguladora, uma vez que tivera 3 resultados negativos, os acionistas minoritários eram obrigados a ceder a sua posição de acionistas ao acionista maioritário, portanto, os resultados negativos seriam transformados nas ações dos municípios com o aumento de capital das ações por parte da EGF, coisa que os municípios recusaram. Para evitar estas circunstâncias, em 2020, foi encontrada uma engenharia financeira que, no essencial, correspondia à solução dos compromissos como se fossem compromissos de fundos disponíveis nos próximos 3 anos, ou seja, a ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) aceitara o aumento da taxa/tonelada aplicada pela Amarsul aos municípios, aumento este que rondaria os 70%, dado como garantia e como se fosse uma adiantamento da parte do financiamento do próprio sistema, eliminando os 6 milhões de euros. - -----

-----Prosseguindo a sua intervenção, o Presidente disse ainda que o terceiro facto era que a TGR (Taxa de gestão de resíduos) tinha passado de 2€, em 2007, para 22€ em 2021. -----

-----Referiu que as comparticipações para todos os sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos tinham baixado face ao ano de 2020, ou seja, as comparticipações por parte da Administração Central. Passando ao quarto facto, o Presidente da CMS disse que, indubitavelmente, o reflexo destas tarifas, onde o peso da faturação naquilo que eram os encargos financeiros dos municípios e que eram aplicáveis aos munícipes, correspondia a 4,3 milhões em 12,3 milhões de faturação e, independentemente de se concordar com a taxa de resíduos, ou não, quem pagaria no final, seria o cidadão e não o município porque, como era sabido, havia as regras da Lei de Finanças Locais, que obrigava a uma recuperação de custos nunca inferior a 90%. Referiu que havia um aumento das tarifas de 21€/tonelada para 32,68€ de 2019 para 2021, um aumento da taxa de resíduos, de 11€ para 22€, do ano de 2020 para 2021 e era público que o município não havia aumentado tarifas nenhuma e que para tal, teria de ser esta Assembleia a aprovar. -----

-----Questionou se a estratégia efetuada em 2007, que englobava a privatização do sistema, o aumento da taxa de resíduos, o aumento das taxas de depósito na Amarsul, face àquilo que se encontrava hoje, se tinha refletido na qualidade do serviço prestado à população e nas metas europeias que tinham de ser cumpridas. Perguntou também se o município de Sesimbra estaria em condições, e de

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

que forma, face a este aumento dos encargos de resíduos, de o poder reduzir na fatura do cliente final, que era o munícipe, ou se teria de o aumentar. -----

-----Para terminar as questões, e respondendo ao Deputado Paulo Caetano, disse que se os incentivos às Entidades gestoras de resíduos diminuía para aquilo que eram as boas práticas ambientais, o que acontecera este ano, e perguntou como é que as empresas municipais aplicavam medidas e ações que valorizassem aquelas que eram as práticas ambientalmente sustentáveis.-----

-----Salientou ainda que esta Moção tinha sido apresentada, em 9 municípios, por iniciativa dos mesmos, mas compreendia que seria de apresentar sugestões para a alteração do texto, o que seria coerente para uma matéria desta dimensão.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que disse que quem pagava sempre era o “Zé Povinho” e que quem iria pagar era o munícipe, pois era quem pagava tudo: as taxas da água, as taxas de resíduos, os impostos para que os serviços municipais pudessem ter um orçamento para funcionar. Disse também ser importante perceber que devia haver aqui alguma justiça, porque nem toda a gente utilizava estes recursos ou contribuía para aquilo que era a produção de resíduos, da mesma forma, e portanto, deveria haver um sinal a quem produzia mais resíduos, de ter de pagar mais e não ser dos impostos de todos e a pagarem todos por igual. Por isso, o que faltava era a capacidade de se perceber o que é que cada um, exatamente, contribuía para aquilo que era a produção de resíduos e que era esta ligação que faltava para que a proposta a ser implementada, pudesse ser justa. O Deputado disse haver ainda uma questão clara que era este processo de privatização e que o acontecera tinha sido uma apropriação dos privados por aquilo que era um conjunto de infraestruturas e bens públicos e que, na primeira oportunidade, tinham feito a distribuição desses bens públicos de todos, pelos seus acionistas e de facto, demonstrava que o contrato de concessão talvez não tivesse sido bem desenhado, que as Entidades competentes a quem cabia esse contrato de concessão e verificar o seu cumprimento, e desde logo, a Entidade Reguladora, talvez devessem ter capacidade para ter uma ação mais forte no sentido de defender aquilo que era o interesse público, daí que, a bancada do PS concordasse com a primeira parte da Moção até ao ponto em que começava o aumento brutal. Sobre a questão das taxas e das tarifas sobre os resíduos, disse considerar que era preciso haver um sinal, já referido pelo Deputado Paulo Caetano, quando se comparava Portugal com aquilo que eram os resultados internacionais, e que se estava aquém daquilo que se gostava de estar e, neste caso, era preciso haver um sinal “preço” que induzisse alterações nos comportamentos que se tinha. Referiu que essa Moção já tinha sido presente a esta Assembleia e votada, motivo esse por se ter uma duplicação da segunda metade dessa mesma

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Moção, mas concordava que este processo de privatização não havia trazido nada de benéfico, quer para os municípios, nem para os munícipes ou utilizadores ou produtores dos resíduos, que não viam o serviço público prestado da melhor forma.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Valente** que disse que este documento tinha sido aprovado na Assembleia Geral da Amarsul, por unanimidade na Assembleia Municipal de Sesimbra e que, a bancada da CDU não se revia na alteração deste documento na forma como estava redigido.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Presidente da CMS** que disse que, apesar de terem “baixado” as participações e os incentivos, de 2020 e 2021, às Entidades gestoras face às práticas referentes às toneladas de recolha seletiva, lembrou que dos nove Concelhos que compunham o sistema da Amarsul, Sesimbra tinha sido o que tinha entregue maior quantidade de kg/capita e isso não refletia, de todo, a diferenciação que o município poderia ter tido nessa mesma matéria. Disse que era importante que se tivesse presente que não eram os municípios quem definia as regras e que às vezes tentava-se colocar uma dimensão como se fossem os municípios a ter essa responsabilidade e não era preciso ser-se um matemático para perceber que com a recolha que se estava a implementar, quer fosse seletiva de biorresíduos, seletiva porta-a-porta ou recolha individual dos indiferenciados porta-a-porta, os custos operacionais eram muito superiores àquilo que era o custo da recolha de indiferenciados como fazia o município na recolha “em baixas” do trabalho de resíduos. Disse não haver qualquer financiamento, a não ser um financiamento temporal para a aquisição de equipamentos tal como houvera nas viaturas de biorresíduos e que neste momento não havia nenhum que financiasse, futuramente, estas operações. Referiu que aquilo que eram os encargos co aquilo que eram as boas práticas ambientais, havia financiamentos comunitários para aquisição de equipamentos, sobretudo material circulante. Acrescentou que se os encargos se mantivessem naquilo que era o sistema “em alta” de gestão de resíduos e com a taxa de gestão de resíduos, e se a eles fossem somados os custos de uma operação mais onerosa, mas ambientalmente mais sustentável, não havia dúvidas de que este valor iria parar ao consumidor final, tal como havia referido o Deputado Sérgio Faias. -----

-----Referiu que as empresas do Estado, o Estado Central e as Autarquias Locais dependiam daquilo que eram duas grandes receitas que eram as taxas e os impostos, mas a questão era com que autonomia é que os municípios tinham numa empresa privada que definia estas taxas e com o Estado que definia as regras de aplicação desta matéria, para definir para os seus munícipes se se aplicava ou não. -----

-----O Presidente disse que, neste momento, na operação dos 3 serviços urbanos, água, saneamento e resíduos, a mais equilibrada era a da água, que estava com uma recuperação de custos muito próxima

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

dos 100%, significando que na fatura da água se pagava mais de resíduos e saneamento do que de água, mas a verdade era que, nas 3 dimensões, era esta última que apresentava os melhores resultados. Disse que o saneamento tinha algum equilíbrio mais próximo dos 100% e acima dos 90%, mas que os resíduos eram altamente deficitários e não tinha quaisquer dúvidas de que não passaria um ano para a Entidade Reguladora impor um tarifário ao município de Sesimbra.-----

-----Para finalizar, referiu que neste caso, era uma parte do Partido Socialista de Sesimbra que entendia que se podia onerar os munícipes e os cidadão com encargos que estavam muito longe da esfera daquilo que a CMS podia, ou não fazer, pois não era na gestão “em alta”, na gestão privada, na taxa de resíduos e naquilo que, eventualmente, sob políticas nacionais erradas, na sua opinião, porque se tinha refletido ao longo dos últimos anos, que não havia nenhuma relação causa/efeito entre este brutal aumento que, no caso do município de Sesimbra, não tinha existido nestas matérias que se refletia nas contas e nos encargos municipais, e obviamente, nesta discrepância entre aquilo que era a recuperação de custos deste setor, sobretudo na relação entre o Município e os seus cidadãos e que nem todo o PS em Sesimbra tinha a mesma opinião e que mais grave, era que o PS, nas Eleições Autárquicas sendo de Sesimbra para a esfera da própria Península de Setúbal, também tinha uma opinião diferenciada.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano**, que disse que o Presidente da CMS havia falado novamente sobre a tonelagem da recolha seletiva e que tinha os valores mais altos da Península, ou pelo menos, dos municípios que estavam na Amarsul e perguntou, dos indiferenciados, qual a evolução dos números, em termos de tonelagem e de produção de resíduos por habitante ou em termos de tonelagem entregue para aterro.-----

-----O **Presidente da CMS** respondeu ao Deputado, dizendo que colocasse essa questão via *e-mail*, mas que os números tinham aumentado numa proporção muito inferior áquilo que era a proporção do aumento da recolha seletiva, mas não tinha havido reflexo nenhum naquilo que era o tarifário na gestão em alta e que a tarifa era aplicada de igual forma aqui, ou em qualquer um dos outros municípios e que o município de Sesimbra era solidário para com a empresa gestora. Disse ainda que era difícil ouvir a matéria de que a Câmara Municipal havia dado as empresas que deveriam estar na esfera pública ao “desbarato” e que havia responsáveis por isso, já aqui referenciados pelo Deputado Sérgio Faias. -----

-----Interveio o **Deputado Sérgio Faias** que evidenciou o regozijo do PS por ser o centro das atenções e todos se preocuparem por aquilo que eram as suas posições, se refletia um pouco mais e por vezes, tinha mais liberdade para pensar e tomar posições, às vezes fundamentadas por mais um ou outro conhecimento científico que tinha e que nem sempre, o conhecimento científico, tal como se tinha visto

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

durante a pandemia, era consensual, o que era bom, pois era o que fazia evoluir porque se todos pensassem da mesma forma, a tendência seria para a estagnação e não para a evolução. Sobre a questão de “reverter as privatizações, o Deputado disse que seria muito importante se as empresas não tivessem sido capitalizadas porque neste momento, para se poder passar aquilo que tinha sido privatizado para a esfera pública e ainda descapitalizado, significava, mais uma vez, que o “Zé Povinho” é que pagava, pois era preciso ir buscar aos impostos de cada um, para recapitalizar aquilo que alguns, que tinham sido os acionistas dessas empresas, aquando da sua receção, haviam tirado tudo, o que puderam, das mesmas e hoje em dia, não fazia sentido que fossem todos a contribuir e a ter mais esse esforço naquilo que eram as deduções e impostos de cada um, precisamente para capitalizar aquilo que outros tinham tirado. ----

-----Tomou do uso da palavra o Presidente da CMS que disse reconhecer as palavras do Deputado Sérgio Faias e a forma como havia colocado a questão, que refletia, não no mesmo sentido que os privados que se tinham agarrado e apegado a 6 milhões de euros quando aqui tinham chegado e descapitalizado aquilo que era público. Disse haver ferramentas Legais e até Constitucionais para não existir nenhuma compensação, neste caso, ao privado, mas mesmo não entrando nelas, não poderia deixar de referir que, percebendo a questão e a forma como a colocava, que era um encargo que, provavelmente ser a Administração Pública a ter para reverter também uma decisão que tinha sido sua, não utilizando ferramentas Constitucionais que estavam a o seu dispor, admitindo numa lógica de elevação daquilo que era uma quadro negocial e de reconhecimento do papel da Administração Pública como pessoas de bem, mas que o “Zé Povinho” não iria pagar um bocado agora, mas iria fazê-lo durante anos a fio e muito mais do que se fosse agora. O Presidente disse ainda que não lhe custava evidenciar que o PS tinha este duplo papel e que cada um poderia ter a sua interpretação e votar à sua vontade, o que não seria caso único. Reconheceu também que esta validade ou incoerência de posições não era apenas uma posição local ou regional que extravasava isso, pois muitas vezes, também se defendia a ampliação e requalificação da Escola Secundária Michel Giacometti, não esquecendo que hoje tinham estado presentes 5 Projetos de Resolução na Assembleia da República e que o PS que aqui defendia a esta Escola, havia sido a única força política a abster-se nesses mesmos 5 Projetos de Resolução. -----

-----Após a votação, e estando presentes, a partir deste momento, 23 eleitos, a Assembleia Municipal deliberou, por **maioria, com 14 votos a favor (12 CDU + 1 PSD + 1 BE) e 9 abstenções (7 PS + 2 MSU) aprovar a Moção sob o tema “Em defesa de um serviço público de gestão de resíduos”,** que se passa a transcrever:-----

-----“A AMARSUL foi criada em 1997 com capitais exclusivamente públicos, 51% do Estado, 49% dos

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Municípios e uma concessão até 2022, mas, em 2014, o Governo vendeu os 51% do Estado, a EGF, ao Grupo privado Motta/Engil e aumentou a concessão até 2034. -----

-----Os custos com o serviço dos resíduos urbanos são cada vez mais gravosos e insustentáveis para os municípios e, por obrigação legal, devem incidir sobre os utilizadores domésticos e não domésticos, o que tem efeito através da “fatura da água”. -----

-----Para esta situação tem contribuído a privatização da EGF, medidas impostas pelo Governo e a falta de outras para a melhoria do ambiente e o cumprimento de metas adequadas às realidades do País, alterações do Regime Geral de Gestão de Resíduos, do Regime Jurídico de Deposição em Aterro, de atribuições e competências da entidade reguladora, a ERSAR.-----

-----•Na Amarsul, com o fim da gestão pública em 2016, o acionista maioritário privado alterou procedimentos e critérios. Encarou este serviço público como um negócio. -----

-----Retirou e distribuiu cerca de 6 milhões e 800 mil euros de dividendos acumulados na gestão pública que eram aplicados para conter o aumento da tarifa, investimentos e melhoria de eficiência e condições de trabalho. A não execução ou atrasos de investimentos e a falta de medidas criaram insuficiências e alguma degradação da qualidade de serviço, provocam reclamações de municípios e de munícipes e tem efeitos negativos na recolha seletiva.-----

-----•Após 2016, tornou-se inaceitável o aumento da tarifa por tonelada de resíduos sólidos aplicada pela Amarsul aos municípios, refletida nos munícipes através da “fatura da água”. -----

-----O valor anual médio da tarifa entre 2016 e 2019, foi cerca de 21€/ton. -----

-----Em 2020- 29,7€- aumento de 41,5%. -----

-----Em 2021 atinge o valor de 32,68€. Um aumento de 55,7%. -----

-----•O resultado financeiro líquido dos exercícios da gestão privada da Amarsul passou a ser negativo, agravando a tarifa para os municípios e seus munícipes. (Valores em euros): -----

-----Gestão com privado, (2016/ 2020): +946 mil; +234mil; -153mil; -4,27milhões; -3,84milhões.-----

-----Gestão pública, (2011a 2015): +2,04 milhões; +1,47milhões; +958mil; +215mil; +1,29milhões. ----

-----Está criada uma situação preocupante, agravada porque os maus resultados não refletem melhorias significativas de qualidade. Entretanto, ao não tirar o lucro que esperava, o acionista privado exige à entidade reguladora, a ERSAR, o aumento dos proveitos permitidos para a empresa, o que agravaria a tarifa e penalizaria ainda mais os municípios e seus munícipes. -----

-----•Aumento brutal da Taxa de Resíduos Urbanos (TGR) imposta pelo Governo e aplicada a resíduos depositados em aterro, suportada pelos municípios e que incide nos munícipes através da “fatura da

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

água”. -Criada em 2006 sem corresponder a um serviço prestado, mas a um imposto com o qual o Estado arrecada muitos milhões de euros e cobre custos dos seus serviços administrativos. -----

-----A receita é entregue ao Estado pela Amarsul, depois de a cobrar aos municípios, por tonelada de resíduos depositados em aterro devido à sua recolha não ter sido seletiva. -----

-----A maior parte deste valor resulta de resíduos produzidos pelos munícipes e utilizadores não domésticos que, apesar de muitas vezes terem sido devidamente separados, acabam por ser depositados em aterro devido a insuficiência de serviços disponibilizados. -----

-----Perante esta situação, o Governo não cria medidas para aumentar e melhorar a recolha seletiva e a redução da deposição de resíduos em aterro, nem analisa a possibilidade de transição para outros modos de tratamento dos resíduos urbanos, para além dos aterros. -----

-----Em vez disto, o Governo penaliza municípios e comportamentos da vida quotidiana de munícipes, impondo uma taxa que atinge valores inoportáveis:-----

-----2007 a 2015 -- de 2,0€ para 5,5€/ton. Aumento de 25%/ano; -----

-----2015 a 2020 -- de 5,5€ para 11€/ton. Aumento de 20%/ano;-----

-----2020 para 2021-- de 11€ para 22€/ton. Aumento de 100%. -----

-----No total da fatura da Amarsul é cada vez mais elevado o custo com a TGR, que não corresponde a um serviço prestado, em relação ao custo dos serviços prestados pela empresa. -----

-----Em 2014, o peso foi cerca de 17%. -----

-----Em 2020, foi de 35%. -----

-----Numa faturação de cerca de 12,3milhões de euros, perto de 8 milhões foram serviços prestados pela Amarsul e 4,3 milhões foram arrecadados pelo Estado sem ter prestado qualquer serviço. Por imposição legal, esta penalização incide sobre os municípios e sobre munícipes, com efeito através da respetiva “fatura da água”.-----

-----•Redução permanente de receitas adicionais da Amarsul devido a medidas do Governo para o sector dos resíduos, que incide negativamente na tarifa dos municípios e tem efeito nos munícipes através da “fatura da água”. -----

-----As receitas da Amarsul assentam na tarifa aplicada aos municípios pelo tratamento dos resíduos sólidos urbanos que entregam. -----

-----Existem receitas adicionais resultantes da venda de composto, da produção de energia elétrica através de biogás e da venda de recicláveis, fundamentais para o equilíbrio da tarifa. Contribuem para o equilíbrio financeiro da empresa e da sua tarifa e são importantes do ponto de vista ambiental porque

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

correspondem ao aproveitamento dos materiais recicláveis, à produção de energia elétrica de origem alternativa e ao aproveitamento de matéria orgânica para compostos agrícolas. O Governo, ao criar medidas que levam à redução destas receitas, prejudica o ambiente e a estabilidade económica e financeira da Amarsul, uma vez mais, com reflexos negativos na tarifa aos municípios e seus munícipes.

-----Assim, considerando que:-----

----- É necessário e possível inverter a presente situação, insustentável para municípios e para os seus munícipes;-----

----- É necessário e possível promover e concretizar medidas que melhorem a eficiência e a qualidade de serviços, promovam e defendam o ambiente, a recolha seletiva e a redução de resíduos e o equilíbrio económico e financeiro das empresas; -----

----- É necessário e imperioso deixar de impor obrigações em cima dos municípios e dos comportamentos individuais dos seus munícipes para os castigar e penalizar com o brutal aumento de tarifas, de taxas e de custos. -----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra, na terceira reunião da sessão ordinária de junho realizada no dia 2 de julho, delibera:-----

-----1. Manifestar a sua extrema preocupação perante a grave situação em que se encontra o sector dos resíduos urbanos, com problemas ambientais, económicos e financeiros para o município e os seus munícipes;-----

-----2. Reafirmar a sua defesa de um serviço público de resíduos que promova o ambiente a redução da produção de resíduos, com tarifas que se aproximem dos custos, mas que tenham em conta os critérios sociais da sua natureza pública;-----

-----3. Manifestar o seu desacordo face à tarifa praticada pela AMARSUL e a sua total oposição à Taxa de Gestão de Resíduos, imposta pelo Governo, custos insuportáveis e cada vez mais elevados que penalizam os municípios e os munícipes de Sesimbra.-----

-----Dar conhecimento da presente moção às seguintes entidades: -----

-----Presidente da República; Presidente da Assembleia da República; Primeiro-Ministro; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Câmara Municipal de Sesimbra; Assembleias e Juntas de Freguesia do Concelho; Associação Nacional de Municípios Portugueses; AMRS; AMARSUL; EGF; ERSAR; Grupo Privado Mota/Engil; Comunicação Social Local e Regional.”-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----De seguida, a **Deputada Paula Rodrigues** apresentou a **Moção sob o tema “Pela publicação das Portarias de Extensão de Encargos para a Construção da Nova Unidade de Saúde na Quinta do Conde e do Tribunal de Sesimbra, investimentos prioritários para o concelho de Sesimbra”**.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano** que perguntou qual a diferença de linguagem em relação a “*reivindicar*” para o Tribunal e “*exigir*” em relação à Unidade de Saúde. Disse que a bancada do PS concordava com esta Moção e que, há cerca de 30 minutos, tinha-se acabado de aprovar a Moção com o título “Estado de Saúde no Concelho de Sesimbra”, onde, no ponto 2, se reclamava, exatamente, aquilo que se estava a reclamar em parte desta Moção e que era a publicação da Portaria da Extensão de Encargos para a Unidade de Saúde da Quinta do Conde, havendo parte desta Moção que parecia ser redundante, aparecendo esta Moção bem aplicável à situação do Tribunal de Sesimbra, mas parecendo um pouco repetida relativamente à Unidade de Saúde da Quinta do Conde.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Rui João Rodrigues** que disse que o relatório da Comissão “3” sobre o estado da Saúde no Concelho de Sesimbra tinha sido distribuído a todos, mas pelos vistos, o Deputado Paulo Caetano não o tinha lido. Disse que a Comissão “3” referia a construção de um novo Centro de Saúde na Quinta do Conde, só que aquilo que o Diretor e o responsável por esta Unidade não havia referido este Centro de Saúde atual, mas a necessidade da construção de um Centro de Saúde sediado na zona do “Conde I”, na Quinta do Conde, e não era este de que se estava a falar, porque a construção deste novo Centro de Saúde na atual localização onde era o anterior, seria benéfica para a Quinta do Conde mas não era suficiente, pois não resolvia em definitivo o problema da Quinta do Conde, sendo necessário, mais tarde, a construção de um novo Centro de Saúde na zona do “Conde I”, uma vez que esta freguesia tinha uma extensão geográfica de alguma dimensão.-----

-----Interveio de novo o **Deputado Paulo Caetano** que disse estar um pouco baralhado, pois o termo aplicado na Moção já aprovada era: “*Solicitar ao Ministério das Finanças que proceda à publicação da portaria de extensão de encargos para que se dê início à obra de construção do novo centro de saúde na Quinta do Conde*”. Acrescentou que na Moção agora a ser discutida, estaria projetado: “*Exigir ao Governo a publicação da portaria de extensão de encargos (PEE) que permita a ARSLVT avançar com o procedimento da construção da nova Unidade de Saúde na Quinta do Conde, e garantir o cofinanciamento comunitário de 50%.*” e questionou se se tratava de duas Unidades de Saúde distintas ou se era o próprio que estaria a ter dificuldades na leitura. O Deputado informou ainda que tinha lido o referido relatório, pois tinha o hábito de ler os documentos que lhe eram enviados.-----

-----Foi cedida, de novo, a palavra ao **Deputado Rui João Rodrigues**, que disse que no caso do

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

documento da Comissão “3”, aquilo que se tratara e que esta Comissão havia entendido referir era a necessidade da publicação da Portaria da extensão de encargos e que este era um trabalho da Comissão “3” e que nada tinha a ver com um documento de uma outra força política. Disse ainda que tinha sido falada a necessidade da construção de um novo Centro de Saúde na zona do “Conde I”.-----

-----A **Presidente da AMS** disse que, ainda tivesse sido já apresentado um documento pela Comissão “3” e que agora se estivesse perante um documento apresentado por uma força política, a Assembleia Municipal era a mesma.-----

-----Tomou do uso da palavra a **Deputada Paula Rodrigues** que disse que o que estava aqui em causa, era o facto da publicação das portarias de extensão de encargos não terem sido publicadas e que a CDU exigia que o Governo as publicasse, sob pena do financiamento ser perdido. Questionou ainda os Deputados de qual seriam as consequências se as portarias não fossem publicadas e ainda o que é que iria acontecer, eventualmente, tendo em conta que a Câmara havia assumido o compromisso com encargos e ónus muito grandes para a própria Autarquia e qual seria o papel desta Assembleia. Acrescentou ainda que gostaria de saber qual o custo destes Projetos para a CMS e ainda saber como é que, não havendo esta concretização, o que é que aconteceria a estes terrenos, se tinha sido a Câmara a dá-los. Disse também que não se estava aqui a brincar e que tinha de se saber separar as águas e que uma coisa era um documento que vinha de uma Comissão de Líderes, outra era um documento emanado de uma Comissão onde estavam presentes várias forças políticas e existia a necessidade de convergência. Referiu que queria louvar todo o trabalho que todas as Comissões, independentemente das suas forças partidárias, tinham desenvolvido nesta Assembleia Municipal ao longo deste Mandato. Por esta razão, havia a necessidade de um esforço conjunto à convergência nos documentos. Afirmou ainda que a bancada da CDU exigia as publicações destas portarias porque estes equipamentos eram essenciais para o Concelho de Sesimbra e que considerava não haver ninguém nesta sala que fosse contra esta situação.

-----Interveio o **Deputado Lobo da Silva** que disse que se voltava à conversa do “exigir”. Perguntou quem é que, nesta Assembleia, poderia estar contra a exigência de que o Governo publicasse estas extensões. Quanto à Escola Secundária da Quinta do Conde, disse ter ouvido dizerem “...*que até a voz me doa*”. Referiu que fazia todo o sentido haver terreno, Projeto e depois, e depois perder-se a possibilidade de se construir duas Unidades, uma em termos judiciais e outra em termos de Saúde, por não ser publicada esta portaria de extensões. O Deputado disse que, ao longo deste mandato, havia perguntado ao Presidente da Câmara sobre os terrenos doados e que tinha sido feito um acordo, mas que ninguém construía nada e que qualquer dia, ainda seriam vendidos para pagar alguma dívida. Disse para se ver se

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

não havia alguma ressalva para que os ditos terrenos viessem à posse da CMS, caso não houvesse construção. O Deputado solicitou que, no primeiro ponto onde era referido *“Reivindicar junto do Governo”*, se passasse a ler *“Exigir junto do Governo”*. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano** que disse que a única “chamada de atenção” feita pela bancada do PS e os reparos feitos pela Deputada Paula Rodrigues era que parecia haver uma redundância de Moções com duas aprovações da mesma coisa, em que havia uma Moção emanada da Comissão “3”, que no seu entender, até tinha peso institucional porque era absolutamente unânime desta Assembleia Municipal e depois havia a outra Moção, cuja metade repetia aquilo que tinha acabado de ser aprovado na Moção anterior. Após este reparo, o Deputado acrescentou também que isso não colocaria em causa o sentido de voto da bancada do PS.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que disse que não ficava bem à Deputada Paula Rodrigues estar tão enervada e que era um gosto vê-la mais calma, sendo também perceptível que chegando a uma sexta-feira a esta hora, os nervos estivessem à “flor da pele”. Disse ainda não saber se tinha sido do entusiasmo pela liberdade com que o PS estava a falar que, de repente, viu cada um dos membros da bancada da CDU a dizer que se estava a falar de um Centro de Saúde diferente e que a questão do PS era tentar perceber exatamente, se se estava a falar da mesma coisa, para que se pudesse votar em consciência.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Presidente da CMS** que disse ter temido o pior quando o Deputado Paulo Caetano pediu o uso da palavra porque, ainda proporia o aumento das taxas moderadoras para se ter uma Saúde ao nível dos outros países, ou um aumento das taxas de Justiça para se ter um Tribunal em condições.-----

-----Disse que, sem prejuízo da consideração ou do sentido de voto de cada um, havia uma questão que era importante ser falada e que se tratava de dois equipamentos que estavam a aguardar duas Portarias de extensão de encargos e que, na sua opinião, deveriam vir em duas Moções isoladas e não na Moção de um estado de Saúde do Concelho que elencava um conjunto de situações, mas neste preciso momento, estava num patamar diferente do Tribunal e, ou esta Portaria de Extensão de Encargos para a construção desta Unidade de Saúde da Quinta do Conde era aprovada, ou o financiamento de 50% seria perdido. Disse ser sabido que a inspiração do PS, se calhar vinha “de cima” e que por vezes, se sentia que havia dois Partidos Socialistas no Governo, que são o da Saúde, que o próprio reconhecia que queria construir esta Unidade de Saúde, e o das Finanças, que dizia que não queria publicar a Portaria de Extensão de Encargos e que, inclusivamente, dizia para se pensar nisso no PRR (Plano de Recuperação e

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Resiliência), esquecendo que as regras do PRR eram públicas e até a própria Tutela da Saúde e a Administração Regional o reconheciam e sabiam que não se podia candidatar ao PRR, equipamentos com financiamento de outros instrumentos financeiros, devendo-se avançar para esta obra com um prazo de execução de 12 meses, atendendo aos prazos dos Fundos Comunitários. Disse ainda que a Presidente da CCDDR LVT (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo) tinha feito todas as *démarches* junto da Tutela, sobretudo junto da Secretaria de Estado do Orçamento, dando nota de que se fosse preciso, alteraria a deliberação da Entidade de Gestão que dizia que só com o Procedimento adjudicado é que aumentava a comparticipação de 12,5% para 50% para, se necessário, alterar essa mesma deliberação e definir essa percentagem porque havia uma maturidade de Projeto, a Candidatura estava pronta e que se houvesse uma Portaria de Extensão de Encargos, não seria nem mais nem menos, do que os compromissos plurianuais da Autarquia, que muitas vezes tinha até aqui. Este momento para a Unidade de Saúde da Quinta do Conde era um momento em que, ou a obra avançava, não importando de que força política era o Governo, ou provavelmente, em 2026, esta “casa”, com outros interlocutores, estariam a discutir outra vez que fazia falta um ou dois instrumentos de Saúde na Quinta do Conde. O Presidente informou que, quase todas as semanas, enviava *emails* para a Secretária de Estado do Orçamento e que dava conhecimento à Tutela e que, inclusivamente, também na semana passada, o Grupo Parlamentar do PCP havia colocado as mesmas perguntas ao Ministro de Estado e das Finanças e que o próprio não conseguia fazer mais. -----

-----Considera que se trata de Equipamentos de patamares diferentes porque era verdade que o Tribunal de Sesimbra se tratava de um investimento de 2,8 milhões de euros e que já tivera três pedidos de Portaria de Extensão de Encargos em 3 anos distintos em 2019, 2020 e 2021, o que era urgente porque era o que faltava para se lançar o Procedimento. Referiu que o Instituto de Gestão Financeira de Equipamentos sobre Justiça sabia perfeitamente que se não fizesse, teria de fazer uma revisão de preços “em alta”, estando-se a falar de um Projeto de execução que tinha, pelo menos 3 anos, e que já tinha tido uma revisão de Projeto em 2020 e tratava-se de uma necessidade que devia juntar todos e a questão era exigir e reivindicar uma Portaria de Extensão de Encargos e que era uma decisão política, em particular da Secretária de Estado do Orçamento. Referiu que se esta Unidade de Saúde não fosse concretizada agora, a Freguesia da Quinta do Conde arriscava-se a não o ver durante os próximos oito anos. -----

-----Quanto aos terrenos, disse que tinha havido um esforço enorme em tempo record para o município de Sesimbra conseguir ter tudo tramitado para fazer a Candidatura deste Projeto, que tinha sido da autoria da ARS, com a colaboração da Autarquia e que os lotes não tinham sido formalmente

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

cedidos. Referiu que a sua preocupação relativamente à pergunta do Deputado Lobo da Silva era muito maior em relação à resposta que ia dar e que, em 2022, iria ser mau para o orçamento municipal, mas que neste ano, os Centros de Saúde seriam da Câmara e que não haveria problemas, pois quer fossem os lotes da Quinta do Conde ou os Centros de Saúde construídos noutro lado qualquer, passariam para a posse do respetivo município e não haveria qualquer preocupação do Ministério da Saúde nesse sentido.

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que perguntou o prazo limite para que essa Portaria de Extensão de Encargos tivesse de ser publicada. Disse ainda que, da parte do PS de Sesimbra, iria ser feito tudo o que estivesse ao seu alcance para pressionar que essa Portaria fosse publicada. -----

-----O **Presidente da CMS** interveio de novo e disse que não havia um prazo definido e que aquilo que se sabia era que a abertura de Procedimentos do ponto de vista do PORLisboa 2020 já deveria ter acontecido e que tudo o que não tinha sido lançamento de Procedimentos, pelo menos no caso daquilo que tinham sido Concursos lançados já há algum tempo, estavam neste momento, para ser integrados numa distribuição de Fundos aumentando a comparticipação dos mesmos e que neste caso, não se podia dizer que se não fosse em junho ou julho, era possível que, se não fosse até setembro, não haver condições materiais de se fazer e que o Deputado Sérgio Faias sabia isto tão bem como o próprio, que a tramitação processual de um Processo desta dimensão, no valor de um milhão de euros, iria a Tribunal de Contas, garantidamente não levaria menos de 8 meses de tramitação processual, significando que, na melhor das hipóteses, entre julho e setembro de 2022 estaria em condições de ser adjudicada. Disse que o prazo para a conclusão das obras das despesas do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) era de agosto de 2023. Referiu que esta questão do pedido da extensão de encargos já poderia ter sido feita há 4 meses.-----

-----Terminadas as intervenções, a **Deputada Paula Rodrigues** disse que a bancada da CDU não via inconveniente em proceder à alteração sugerida pelo Deputado Lobo da Silva, alterando “Reivindicar” para “Exigir”, uma vez que eram sinónimos.-----

-----Para concluir, o **Presidente da CMS** disse que fazia sentido que este documento fosse enviado à Secretaria de Estado do Orçamento.-----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal aprovou, por **unanimidade**, a **Moção sob o tema “Pela publicação das Portarias de Extensão de Encargos para a Construção da Nova Unidade de Saúde na Quinta do Conde e do Tribunal de Sesimbra, investimentos prioritários para o concelho de Sesimbra”**, que a seguir se transcreve: -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----“A população da Quinta do Conde há muito que vem reivindicando por um novo centro de saúde, e quando o atual Centro de Saúde foi inaugurado, as instalações já eram insuficientes para satisfazer as necessidades da população. -----

-----Existe uma candidatura aprovada ao PORLisboa 2020, para a construção desta nova Unidade de Saúde, e a demora no lançamento do procedimento, põe em risco o recebimento dos fundos comunitários.

-----Este projeto está previsto para a zona do antigo Centro de Saúde e a Câmara Municipal de Sesimbra cedeu 6 lotes de terreno para a sua construção e está disponível para trabalhar em parceria com o Governo na concretização deste essencial investimento. -----

-----É urgente garantir o acesso de todos à saúde na Quinta do Conde onde mais de quinze mil utentes não têm médico de família; As Urgências dos Hospitais S. Bernardo, em Setúbal e Garcia de Orta, em Almada, estão a colapsar e é necessário um reforço, também ao nível do Serviço de Atendimento Permanente na Quinta do Conde. A construção deste equipamento constitui uma prioridade de investimento para assegurar à população da freguesia da Quinta do Conde o direito à saúde. -----

-----Também o tribunal de Sesimbra, uma obra há muito aguardada quer pela população que por quem ali trabalha, sem condições de segurança e de trabalho. Em 2017 foi assinado o protocolo com o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, apesar da justiça ser uma responsabilidade da administração central, a câmara municipal cedeu o terreno e mostrou disponibilidade para colaborar numa solução, projeto de arquitetura, acompanhamento e fiscalização da obra e acessos, mas que aguarda lançamento de concurso e assumir o custo de construção no valor de cerca de 1,5 milhões de euros e cujo acordo estabelece um prazo máximo de quatro anos, para que o IGFEJ avance com a obra. -

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra, tem acompanhado estes assuntos e tendo em conta tratar-se de investimentos prioritários para a região, dependentes de assinatura e publicação das respetivas portarias de extensão de encargos; -----

-----Assim, -----

-----a)Considerando que o Projeto de Execução do Tribunal de Sesimbra ficou pronto, foi aprovado em 2018, e entregue ao IGFEJ em maio de 2019 na parte que corresponde à câmara municipal, e que o acordo celebrado com o IGFEJ estabelece um prazo máximo de 4 anos, encontrando-se agora dependente da publicação da respetiva portaria de extensão de encargos (PEE), para iniciar os procedimentos pré-contratuais; -----

-----b)Considerando que o concurso público para a empreitada de construção da nova Unidade de Saúde da Quinta do Conde encontra-se dependente da publicação da portaria de extensão de encargos

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

(PEE), e sobre um investimento, de quase 1 milhão de euros existe o risco do respetivo financiamento comunitário, cuja comparticipação que pode chegar aos 50%, após o lançamento do procedimento concurso, ficar comprometido; -----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 02 de julho de 2021 delibera: -----

----- Exigir ao Governo a publicação da portaria de extensão de encargos (PEE) que permita ao IGFEJ avançar com o procedimento com vista ao lançamento da empreitada de construção no novo a Tribunal de Sesimbra;-----

----- Exigir ao Governo a publicação da portaria de extensão de encargos (PEE) que permita a ARSLVT avançar com o procedimento da construção da nova Unidade de Saúde na Quinta do Conde, e garantir o cofinanciamento comunitário de 50%.-----

-----Dar conhecimento da presente moção:-----

-----Presidente da República; Primeiro-Ministro; Ministra da Saúde; Ministra da Justiça; Ministro das Finanças; Secretária de Estado do Orçamento; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo; IGFEJ; ACES Arrábida; Comunicação Social Local e Regional e Nacional; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho.”-----

-----Continuando os trabalhos, teve início a apresentação da **Moção com o título “Pelo Urgente Desassoreamento da Lagoa de Albufeira”**, apresentada pelo Grupo Político do PS, tendo a Presidente da AMS dito que esta Moção havia recebido sugestões de alteração por parte da CDU, e questionado o Deputado Sérgio Faias sobre a aceitação destas alterações.-----

-----O **Deputado Sérgio Faias** disse compreender o desafio, mas que para explicar se estas sugestões eram, ou não aceites, era necessário fazer um enquadramento, pois havia situações que precisavam de ser esclarecidas. Disse que este enquadramento tinha a ver com largos anos, que se tinham verificado, do assoreamento da Lagoa de Albufeira e que ao longo dos anos, a situação ia-se agravando e essas dificuldades eram verificadas em cada ano, aquando da abertura da Lagoa e as dificuldades em manter essa abertura. Tendo em conta que tinha existido, por parte da população, uma insatisfação face a alguma estagnação das águas e o não refrescamento das mesmas desencadeando, quer maus cheiros, quer a deposição de alguns materiais ao longo das suas margens, o PS não iria considerar algumas das alterações apresentadas. Disse ter havido, ao longo dos anos, um esforço enorme da população da Lagoa de Albufeira, que se tinha desenvolvido e também era sabido que, em determinado momento, tinha havido um movimento voluntário, mas também acompanhado pelo Município, de se tentar pôr alguma

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

ordem no caos que foi surgindo naquela zona, precisamente para ajudar a infraestruturar e a garantir as condições de toda aquela zona com a sua reabilitação e requalificação e com isso, contribuir para uma melhor preservação daquilo que eram os valores ambientais daquele ícone do nosso Concelho e do País. Disse ainda que as competências para fazer o desassoreamento da Lagoa eram claras e que, hoje em dia, a abertura da Lagoa de Albufeira continuava a ser uma competência das Entidades que tinham a jurisdição daquela área, mas que através de protocolo, haviam transferido essa competência para a Câmara Municipal, que o ia fazendo e que o que estava aqui em causa não era a CMS cumprir, ou não, aquilo que estava nesse Protocolo, pois estava a fazê-lo, mas o que estava aqui em causa era o facto de as Autoridades competentes não estarem a exercer aquilo que deveriam fazer e que era desassorear a Lagoa de Albufeira quando noutros locais, e não muito longe, estava a ser feito, no mesmo POC, o desassoreamento de uma Lagoa com características semelhantes, e que causava preocupação o porquê de não ser olhado com a devida atenção aquilo que estava a acontecer na Lagoa de Albufeira. Por este motivo, o PS queria manter esta referência sobre o que estava a acontecer noutros locais. O Deputado disse que o restante eram considerações de pormenor e fazer ou considerar essa alteração, ou não, não tinha grande importância, não fazendo qualquer sentido este documento receber algumas alterações. --

-----Interveio a **Deputada Paula Rodrigues** que disse que a CDU tinha também uma grande preocupação relativamente a este tema e que as sugestões de alteração colocadas eram no sentido de dar mais objetividade e facilitar a sua leitura. Referiu que, em relação ao histórico recente relativamente à área de génese ilegal, estaria a mais no documento, tendo em conta a importância que o mesmo refletia e que era o urgente desassoreamento da Lagoa de Albufeira. Acrescentou que a CDU havia elaborado uma Moção, em 28 de junho de 2019, na qual era exigido a conclusão do estudo da abertura e desassoreamento da Lagoa de Albufeira e a execução da intervenção que viesse a ser apontada pelo mesmo e que se traduzisse num menor impacto para o ecossistema. Disse ainda que, nessa mesma sessão, o Presidente de CMS havia explicado que esse estudo já teria tido início e que havia 3 soluções: a abertura de um canal com recurso a draga, com cerca de 20 metros de largura e 10 m de profundidade, a segunda apontava para 2 pontões e uma parede de betão com uma comporta, ficando assim uma solução definitiva e a terceira solução, já abandonada, que seria um canal subterrâneo. Em relação ao estudo já existente, a Deputada disse que a segunda solução poderia criar graves problemas, nomeadamente no desequilíbrio do ecossistema e á criação de salinidade e que a solução que se encontrasse devia ser o mais natural possível e que se realizasse o mais rapidamente possível. Para terminar, disse que o sentido de voto da bancada da CDU seria favorável. -----

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que disse que, por muito difícil que fosse assistir à questão do assoreamento, acabava por ser um processo natural e aquilo que se estava a tentar fazer era artificializar a evolução de um sistema natural e, numa evolução natural, os ecossistemas vão-se adaptar, podendo até ser prejudicados. Referiu que o foco da atenção estava sob a espécie humana que utilizava aquele espaço também, do ponto de vista da atividade económica ou do ponto de vista de lazer, usufruto e apreciação da paisagem tal como existia. Disse que os parágrafos referentes à história recente e à ocupação desordenada e ilegal, tinham um propósito, embora se pudesse admitir que quanto mais conciso fosse um documento, mais objetivo seria nos seus propósitos e que este propósito tinha um aspeto importante, pois era muito fácil apontar que os danos e problemas ambientais da Lagoa de Albufeira se deviam a esta evolução natural, mas também à ação humana, nomeadamente, de há décadas para cá, na tal ocupação desordenada e ilegal. Mas, na sequência deste parágrafo, o que era dito era que, felizmente, a situação tinha sido revertida nos últimos anos, com enormes esforços dos residentes e dos municípios e que se pretendia apontar que, apesar de haver um peso histórico, tinham sido tomadas ações para minimizar os impactos ambientais sobre aquele sistema e continuava-se a achar que valia a pena estes parágrafos continuarem a constar neste documento. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Rui João Rodrigues**, que disse que o Deputado paulo Caetano tinha-se referido às questões naturais da Lagoa de Albufeira e acrescentou que, na década de 80 tinha havido intervenção humana e que a areia atualmente existente, obrigando a abertura da Lagoa cada vez mais a Norte, era fruto de uma duna artificial construída pelo ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) que, infelizmente, tinha sido mal estudado e que os ventos predominantes do lado do mar, tinham vindo a empurrar a areia para o interior da Lagoa. Acrescentou que o desassoreamento era para retirar aquela areia para voltar a reabilitar aquela zona.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da CMS** que disse que a única questão que gostaria de referenciar neste documento era o ponto 3 e admitiu que podia ser uma má interpretação da sua parte e que, sendo assim, poderia também haver más interpretações de quem esta matéria pudesse chocar. Referiu que o processo de “Desassoreamento e abertura da Lagoa de Albufeira” estava terminado e que, pela informação que tinha, também havia terminado o estudo de impacto ambiental. -----

-----Disse ainda que, quando em 2018, houvera um “braço de ferro” com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) sobre quem fazia a abertura e quem pagava, foi quando a CMS tivera acesso e partilha de informação com a equipa que estava a desenvolver o consórcio e que não apontava para nenhuma intervenção de desassoreamento na Lagoa de Albufeira. Acrescentou que não apontava com batimétricas

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

que tinham sido feitas no âmbito dos relatórios para esse mesmo Projeto, ou seja, não apontavam para um único centímetro de metro cúbico de areias que teria que ser retirado e que tinha sido debatido pelos Técnicos da Câmara, que tinham essa capacidade técnica, tendo-se encontrado uma solução de desassoreamento na zona vestibular a sul. Disse ainda que, neste momento, e pela informação que tinha, a questão de impacto ambiental estava concluída e mudaria apenas, por uma questão de coerência de linguagem e de efetividade daquilo que era o espírito da própria Moção, onde se lia *“exortar a Agência Portuguesa do Ambiente a desenvolver urgentemente o projeto de desassoreamento da Lagoa de Albufeira que permita...”* deveria passar-se a ler *“Exortar a Agência Portuguesa do Ambiente para implementar urgentemente o “Projeto de Abertura e Desassoreamento da Lagoa de Albufeira” que permita, no curto prazo, reverter a situação atual e se traduza no menor impacte para o ecossistema.”* --

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que disse concordar com a alteração da redação do ponto 3. Sobre a questão do desassoreamento, disse que, atualmente, havia uma mudança na perspetiva como se fazia e que, até há bem pouco tempo, verificava-se que, num sítio, era preciso desassorear e fazia-se dragagens e a seguir deitava-se essa mesma areia no mar, sendo depois necessário ir buscar longe, areia para a praia e hoje em dia, a perspetiva era ter -se uma visão integrada e ver onde existiam areias com qualidade para carregar praias e com isto, ter algumas poupanças, permitindo que, mais rapidamente, se conseguisse garantir o financiamento como intervenção, do que quando era olhado isoladamente e que todos sabiam que, ao longo de todo o cordão de mar desde Almada até à Fonte da Telha iam sendo feitos carregamentos de praias periodicamente e que este tipo de intervenção poderia ser integrada no carregamento dessas praias em que houvesse algumas poupanças e que com isso, se pudesse acelerar a intervenção.-----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal **aprovou, por unanimidade, a Moção sob o tema “Pelo Urgente Desassoreamento da Lagoa de Albufeira” cujo teor é o seguinte:**-----

-----*“A Lagoa de Albufeira constitui um dos principais elementos do património natural e ambiental do concelho de Sesimbra. Este sistema lagunar e toda a zona húmida que o envolve, constituem um habitat único, no qual se desenvolve um leque diversificado de fauna e flora. Infelizmente, devido ao acentuado grau de assoreamento em que se encontra, a sua sustentabilidade corre um elevado risco.*

Ao longo de anos, a Lagoa de Albufeira tem-se afirmado também como um ponto de atração para quem visita o nosso concelho, seja para a prática das mais diversificadas atividades náuticas ou pela simples contemplação da sua beleza natural.-----

-----*Desde tempos ancestrais, a massa de água que constitui este sistema lagunar tem sido uma*

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

importante fonte para a obtenção de alimento e para a atividade económica que a comunidade local desenvolveu nesse domínio, seja através da captura das diferentes espécies de pescado aí existentes, através da produção de bivalves ou ainda, através dos reconhecidos estabelecimentos de restauração com atividade nessa localidade e nas áreas circundantes. -----

-----Reconhece-se que houve um período da história recente em que a zona em torno da Lagoa de Albufeira foi alvo de uma ocupação desordenada e ilegal, colocando em risco esse habitat natural e a própria qualidade da água. Felizmente, essa situação que foi revertida nos últimos anos, com enorme esforço dos residentes e do município, constituindo-se atualmente como um exemplo a nível nacional do modelo de reconversão de Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) num espaço ordenado e devidamente infraestruturado, contribuindo assim para a valorização do património ambiental que constitui a Lagoa da e Albufeira.-----

-----Apesar de todo este esforço e compromisso dos diferentes intervenientes na requalificação, infraestruturação e ordenamento da área circundante ao sistema lagunar, não se verificou qualquer correspondência no que diz respeito à respetiva manutenção e qualificação da massa de água. -----

-----Ao longo de anos, no que tem sido uma evolução natural de todo o sistema, residentes e visitantes têm assistido a uma crescente acumulação de sedimentos na lagoa principal, sem que nenhuma medida estrutural seja adotada para a sua recuperação ou inversão de tendência. O nível de assoreamento atingido atualmente no interior da Lagoa de Albufeira é de tal ordem, que a abertura ao mar que anualmente se realiza, devido ao diferencial de cotas face ao nível do mar, não é suficiente para que aconteça a essencial renovação da massa de água do seu interior.-----

-----A deterioração da situação tem sido exponencial e atingiu um ponto que deixou de ser tolerável para quem ali vive ou desenvolve a sua atividade profissional. A estagnação das águas provocou uma acelerada degradação da sua qualidade, afetando a sobrevivência da fauna e flora existentes, conforme se pode constatar ao longo das suas margens ou através do cheiro nauseabundo que se propaga por toda a região. -----

-----Constata-se, assim, que a sustentabilidade ambiental da Lagoa de Albufeira e que o habitat único que nela se desenvolve corre um elevado risco, que o local está rapidamente a deixar de ser um ponto de atração para quem pretendia usufruir da sua beleza natural, desenvolver atividades náuticas ou que, simplesmente, procurava a riqueza gastronómica que as suas águas proporcionavam. -----

-----A população local e os agentes económicos que aí desenvolvem a sua atividade desesperam para que, no curto prazo, seja implementada uma solução estrutural para o problema, e encaram com enorme

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

incompreensão e sentimento de injustiça as intervenções de carácter semelhante às necessárias para a Lagoa de Albufeira, que vão sendo realizadas noutros locais do país.-----

-----Por tudo isto, é urgente atuar e inverter o imobilismo que as autoridades nacionais competentes têm demonstrado para a resolução do crescente assoreamento da Lagoa de Albufeira. É urgente estudar e desenvolver a solução técnica a implementar no local para que a médio prazo a situação não se repita. É urgente disponibilizar os meios financeiros necessários para a intervenção na Lagoa de Albufeira, à semelhança do que aconteceu com intervenções de carácter semelhante que já se encontram em curso noutros locais do país. -----

-----Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra vem por este meio: -----

-----1. Manifestar a sua solidariedade para com a população local e os agentes económicos que desenvolvem a sua atividade na Lagoa de Albufeira pela intolerável situação de degradação que se vive num dos principais elementos do património natural e ambiental do concelho de Sesimbra;-----

-----2. Alertar o Governo para a acelerada degradação da qualidade ambiental da Lagoa de Albufeira, resultante do seu crescente assoreamento e que atualmente põe em causa a sustentabilidade do habitat único, ali existente; -----

-----3. Exortar a Agência Portuguesa do Ambiente para implementar urgentemente o “Projeto de Abertura e Desassoreamento da Lagoa de Albufeira” que permita, no curto prazo, reverter a situação atual e se traduza no menor impacte para o ecossistema.. -----

-----Dar conhecimento da presente Moção ao Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, ao Gabinete do Sr. Ministro do Ambiente e da Ação Climática, ao Gabinete do Sr. Ministro do Mar, a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, à Agência Portuguesa do Ambiente, ao Instituto Português do Mar e da Atmosfera, à Associação Portuguesa de Aquacultores, à Câmara Municipal de Sesimbra, às juntas e assembleias de freguesia do concelho, órgãos de comunicação social local, regional e nacional.”-----

*-----Prosseguindo os trabalhos, teve início a apresentação da **Recomendação à Câmara Municipal sobre o assunto “Empreendimentos Imobiliários Turísticos”**, tendo sido cedida a palavra ao **Deputado José Guerra** que disse que esta Recomendação não era mais do que recomendar ao Executivo para que mantivesse o diálogo com a população da Aldeia do Meco que estava assustada devido ao aumento substancial do número de camas para a zona. Referiu que se tratava de Projetos aprovados há vários anos e que ainda estariam em vigor, segundo o que o Presidente da CMS havia dito no passado e que era necessário um diálogo mais profícuo. -----*

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O documento foi apresentado com a seguinte redação: -----

-----“A Aldeia do Meco tem, há alguns anos, vários empreendimentos imobiliários/turísticos com o parecer favorável de diferentes entidades. Só para citar os mais importantes podem referir-se o Pinhal do Atlântico, o Pinhal da Mata, o Empreendimento Turístico na rua do Casalinho e o Empreendimento MecoMar na saída para o Cabo Espichel. -----

-----Se forem todos construídos, estes empreendimentos irão acrescentar cerca de 1800 camas a uma zona ambientalmente sensível, parte integrante do Sítio de Interesse Comunitário Arrábida/Cabo Espichel. Os impactos deste processo, não apenas sobre o equilíbrio ambiental, mas também na rede viária, na circulação automóvel, na biodiversidade ou na preservação dos recursos hídricos serão enormes. -----

-----Há habitantes da Aldeia do Meco preocupados com esta situação que se organizaram por intermédio de uma petição dirigida à Câmara Municipal de Sesimbra e ao Governo com mais de 4000 subscrições, pedindo ponderação no ato de licenciamento daqueles empreendimentos para evitar consequências muito nefastas para aquele local. -----

-----Neste contexto recomenda-se que a Câmara Municipal de Sesimbra e o seu Presidente estabeleçam contactos com estas populações dando lugar ao diálogo e ao esclarecimento que as circunstâncias exigem.”-----

-----Tomou do uso da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que disse que o Presidente da CMS, bem como todo o Executivo camarário, não se furtavam nem nunca o haviam feito relativamente ao diálogo com os munícipes sempre que eram instados e era do conhecimento desta Assembleia que havia uma abertura total do Executivo para o diálogo. Disse que havia, no entanto, questões que tinham a ver com licenciamentos que já estavam concedidos e que não se podia alterar as Leis consoante aquilo que era o gosto particular de algumas pessoas. Informou que a bancada da CDU se iria abster na votação deste documento. -----

-----Interveio o **Deputado Paulo Caetano** que disse que a bancada da CDU julgava que esta Recomendação era relativamente inconsequente porque recomendava que a Câmara Municipal de Sesimbra e o Presidente estabelecessem contactos com estas populações, dando lugar ao diálogo, mas a pergunta era qual o diálogo possível. Disse que a posição da CMS tinha sido relativamente clara e que havia entrevistas recentes ao Presidente da Câmara, à Presidente da Junta de Freguesia do Castelo em que, genericamente, tal como dissera a Deputada Sandra Carvalho, existiam Planos Diretores Municipais em vigor, e que não se podia alterar estas coisas e voltasse à essência da questão que se houvesse realmente interesse em avaliar esta situação com base na especulação imobiliária, nos interesses

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

imobiliários, no grande capital, em tudo aquilo que o Partido Comunista Português, e bem a nível nacional, contestava e combatia e que, aparentemente, havia outro Partido Comunista aqui a nível local, pois já tinha havido muitas oportunidades para o fazer, até no período em que o Plano Diretor Municipal estava no seu vigor normal até 2007. O Deputado relembrou que em 2007, o Ministério do Ambiente havia exarado vários Despachos, ou pelo menos alguns, em que declarou não haver interesse Público e havia uma excessiva densificação, pressões urbanas inaceitáveis, áreas sensíveis demasiado afetadas, tendo anulado alguns destes projetos que aqui estavam em consideração. Referiu que se podia ter aproveitado esse momento a nível local. O Deputado disse ainda que uma Câmara Municipal não podia deixar uma população e, neste caso, a população daquela região, nas mãos destes interesses especulativos, e que havia a esperança de que a nossa Autarquia protegesse as populações dos impactos resultantes destes Projetos, e não bastava dizer que em avaliação de impacto ambiental tinha havido declaração favorável condicionada e tinha sido permitido. Disse que olhando com atenção para aqueles Projetos, cerca de 90% estavam dentro da área protegida e depois conseguia-se, de uma forma meio misteriosa, dizer que a construção iria ser só numa certa zona que não era protegida.-----

-----Referiu que se voltava à essência do assunto que já tinha sido abordado durante este Mandato por várias vezes e que tinha a ver com o Plano Diretor Municipal que, em 2021, era um documento produzido dos anos 90 do século passado, onde as preocupações ambientais já existiam, mas não tinham nada a ver com as atuais. Disse que a perceção das pessoas e das populações era muita e por isso é que aquando da Discussão Pública deste estudo de impacto ambiental, realizado em 2011 e também das aprovações de outros planos anteriores, a Consulta Pública era incipiente e por essa razão é que havia uma Petição a circular que já tinha mais de 4.000 assinaturas e era óbvio que as populações, agora, tinham muito mais palavra a dizer e, tinham de ser ouvidas.-----

-----O Deputado disse não estar a questionar que a Câmara Municipal não tivesse interesse e que tomasse ações para não ouvir as populações e não estabelecer diálogo, mas no entender da bancada do PS, considerava-se que a Câmara Municipal podia fazer mais e ser assertiva em tentar proteger as populações do Concelho de Sesimbra de todos estes interesses especulativos. Disse que quando se dizia que estes Projetos tinham aprovação ambiental, em nenhum destes estudos de impacto ambiental e consequentes avaliações de impacto ambiental havia a verdadeira e a completa verificação de quais é que eram os impactos cumulativos disto tudo e questionou que se 1800 camas impressionavam muita gente, o que seriam os outros milhares de camas que estavam associadas aos outros Planos. -----

-----Relativamente à Moção e reconhecendo o seu propósito, disse que o PS se revia naquilo que

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

estava inerente e julgava que era um pouco inconsequente, por esta questão essencial e que o diálogo seria possível, se não houvesse um verdadeiro interesse do município.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da CMS** que disse recordar-se desta Recomendação já ter estado presente na Assembleia. Começou por dizer que não existia nenhum problema para o Presidente da Câmara ou a Câmara Municipal falar com os moradores do Meco, das Caixas, Alfarim porque o contexto deste documento era falar com as pessoas, mas não sabia se, nesta fase atual, valeria a pena se bem que o próprio admitira de que falaria com as pessoas do Meco, individualmente, não como Presidente da CMS, mas enquanto candidato. Referiu que o próximo Executivo e a próxima correlação de forças do mesmo, com certeza que falaria com as populações do Meco no sentido daquilo que o Deputado Paulo Caetano acabara de referir, pois não havia nada a esconder sobre esta matéria. Disse ser extemporâneo estar a colocar-se em cima da mesa, em 2021, dois Processos que não haviam tido nenhuma tramitação do ponto de vista processual na Câmara Municipal de Sesimbra, pelo menos durante este mandato. Podia ter havido, e houvera garantidamente, algumas conversações e reuniões, alguns interessados que vieram saber o ponto da situação, mas não houvera nenhuma tramitação, particularmente naqueles que aqui estavam referidos e que faziam parte desta Petição que, formalmente, haveria de chegar ao município ,e formalmente se seria respondida, independentemente do esclarecimento prestado sobre esta matéria. Disse tratar-se de uma questão completamente descontextualizada no tempo e que o próprio não conseguia chegar a um alcance, a não ser que a Recomendação fosse no contexto que o Deputado Paulo Caetano colocara. E não se iria discutir aquilo que não se tinha passado e, ou se discutia aquilo que se passara há uma série de anos e aquilo que se queria no futuro, sem que tivesse a ver com o Meco, dizendo até que dúvidas sobre o que é que a população do Meco queria porque, felizmente, tinha conversado com muitas pessoas e todas tinham a mesma opinião. Em segundo lugar, e frisando algumas questões colocadas pelo Deputado Paulo Caetano, disse ser sabido a opinião que o cidadão há época e hoje deputado municipal, tinha sobre estas matérias e que tinha de o retificar quando dizia não haviam sido vistos impactos cumulativos, o que não era verdade, pois nas declarações de impacte ambiental, foram vistos por parte da entidade gestora do processo da AIA, e constavam em todos os processos, em cada uma das fases da sua emissão. Pessoalmente, disse não ficar nada chocado que esta Recomendação fizesse pouco sentido da forma como era apresentada porque a ideia que passava era que parecia que agora se licenciara, ou estava num processo de licenciamento alguma destas operações, sobretudo aquelas que eram apresentadas na respetiva Petição, que eram o “Pinhal da Prata” e “Pinhal do Atlântico”, quando não tiveram nenhuma

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

tramitação processual nos últimos 4 anos. Referiu que a CMS estaria disponível para conversar com as pessoas, tal como fizera em todos os Planos e em todas as Revisões de Planos, em todos os PDM's e no próximo que estaria pela frente e que os Deputados tinham uma informação mais privilegiada do qualquer um dos cidadãos, já que conheciam aquilo que seria forma proposta final. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado José Guerra** que disse que o Bloco de Esquerda sempre defendera e combatera a questão da desertificação da Vila e que o que se colocava agora era que havia um conjunto bastante alargado de cidadãos que, aparentemente, não tinha qualquer Partido Político, sendo completamente independente e que merecia uma atenção, não que estivesse em vias de haver tramitação, mas explicando aquilo que tinha sido aprovado e que, há época, não houvera uma maioria que tivesse votado contra.-----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal de Sesimbra aprovou, por **maioria**, com 1 voto a favor do BE e 22 abstenções (12 CDU + 7 PS + 1 PSD + 2 MSU) a **Recomendação à Câmara Municipal sobre o assunto “Empreendimentos Imobiliários Turísticos”**.-----

-----Prosseguindo os trabalhos, foi cedida a palavra ao Deputado Sérgio Faias para apresentar a **Recomendação à Câmara Municipal sob o tema “Pela Defesa de Passadeiras Seguras no Concelho de Sesimbra”**, dizendo que este documento resultava de situações constatadas ao longo do tempo e que agora, algumas delas até se tinham agravado com algumas das intervenções do PAMUS (Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável) que tinham sido feitas e que, possivelmente, ainda iriam ser corrigidas, mas urgia corrigi-las porque, neste momento, existiam situações de grande insegurança, para além de situações de falta de pintura por todo o Concelho. -----

-----Interveio o **Presidente da CMS** que disse concordar com esta Recomendação e sugeriu a introdução de um 4º ponto que faria todo o sentido porque a Câmara Municipal não era titular de algumas das principais vias de comunicação do Concelho, embora as pessoas achassem que o era. A sugestão deste ponto, embora não se fizessem Recomendações ao Governo e muito menos a Entidades participadas pelo mesmo ou a empresas públicas, seria recomendar à CMS que, também nas vias da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, nomeadamente a EN 377, EN 378, EN 379 e EN 10, pudesse também reivindicar as medidas elencadas nos pontos 1, 2 e 3.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que disse que a perspetiva do PS era recomendar à CMS que tomasse as iniciativas, podendo depois, em reunião de Câmara, deliberar tomar uma posição relativamente a essas Entidades.-----

-----Foi cedida a palavra à **Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel Gomes**, que

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

cumprimentou todos os presentes e disse que a Junta de Freguesia tinha reivindicado estas passadeiras, nomeadamente nas vias mencionadas pelo Presidente da Câmara, bem como os pedidos à CMS para as estradas municipais e que, ainda esta semana, na estrada da Maçã, que tinha sido reiterado durante estes 4 anos, o pedido às Infraestruturas de Portugal e que, cada novo Técnico ligava para a própria a perguntar qual o km onde queria a passadeira, tendo dito à mesma qual era o km e que estava disponível para ir ao local, mas que cada vez que era mudada a Direção e os Técnicos, as perguntas eram sempre as mesmas e as passadeiras não eram pintadas e quem dizia na Maçã, dizia também no centro de Santana, e nas Estradas Municipais, mal ou bem, a CMS ia pintando, mas já nas Estradas Nacionais, não havia qualquer trabalho realizado nos locais necessários. -----

-----Interveio de novo o **Presidente da CMS** que disse não poder deixar de contestar aquilo que o Deputado Sérgio Faias havia dito, uma vez que tinha iniciado a sua intervenção a dizer que a Câmara Municipal tinha um papel importante, não era apenas por causa das passadeiras, mas também na clarificação dos munícipes, não querendo que houvesse uma desinformação sobre esta matéria, sendo uma responsabilidade de todas as Forças Políticas. Considerava que esta Assembleia deveria aproveitar uma Recomendação para reforçar a sua preocupação. -----

-----O **Deputado Sérgio Faias** disse que tinha sido importante a proposta do Presidente da CMS, fazendo todo o sentido que a redação antes dos pontos ficasse a seguinte: *“...vem por este meio, recomendar à Câmara Municipal de Sesimbra que nas vias sob a sua responsabilidade:”*. -----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal de Sesimbra aprovou, por **unanimidade, a Recomendação à Câmara Municipal sob o tema “Pela Defesa de Passadeiras Seguras no Concelho de Sesimbra”** que se passa a transcrever: -----

-----*“As passadeiras para peões constituem um elemento fundamental para a Segurança Rodoviária, permitindo a condutores e peões a identificação dos locais de atravessamento da faixa de rodagem em segurança.* -----

-----*A função essencial de uma passadeira de peões apenas pode ser cumprida se forem garantidas as condições adequadas de visibilidade aos condutores, permitindo a que na aproximação à mesma, seja possível a sua identificação e atuação em conformidade.* -----

-----*A adequada identificação e visibilidade das passadeiras é também fundamental para uma tomada de decisão inequívoca de peões e condutores de velocípedes no momento em que necessitam de atravessar a faixa de rodagem.* -----

-----*Infelizmente, ao longo de todo o concelho de Sesimbra, verifica-se a existência de inúmeras*

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

situações de passadeiras de peões que se encontram mal identificadas, por falta de pintura das mesmas ou de iluminação adequada. Mais recentemente, verifica-se também a marcação de passadeiras duplicadas em alguns troços, as quais induzem dúvida e confusão a peões e condutores, colocando por isso em risco a sua segurança.-----

-----Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra, com a preocupação de que sejam garantidas as condições de Segurança Rodoviária no concelho de Sesimbra e que se possam evitar acidentes rodoviários ou atropelamentos, vem por este meio recomendar à Câmara Municipal de Sesimbra que nas vias sob a sua responsabilidade: -----

-----1. Proceda à devida marcação e pintura de todas as passadeiras de peões existentes nas faixas de rodagem do concelho de Sesimbra;-----

-----2. Elimine as passadeiras de peões que se encontram duplicadas e/ou mal localizadas em alguns troços de faixas de rodagem do concelho de Sesimbra;-----

-----3. Identifique a necessidade e implemente novas passadeiras de peões nas faixas de rodagem do concelho de Sesimbra; -----

-----Deverá ser dado conhecimento da presente Recomendação à Câmara Municipal de Sesimbra, às Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho, Infraestruturas de Portugal, aos órgãos de comunicação social local, regional.”-----

-----O Grupo Municipal da CDU prestou Declaração de Voto que, apesar de solicitada, não foi entregue no Serviço de Apoio à Assembleia Municipal.-----

*-----Encerrado o PAOD, teve início o “**Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos**”, não tendo havido qualquer intervenção.-----*

*-----De seguida, teve início o único ponto do “**Período da Ordem de Trabalhos**”, as “**Propostas da 18.ª edição da Assembleia Municipal de Jovens**”, tendo a **Presidente da AMS** informado que esta Edição tinha decorrido na sequência daquilo que tinham sido as impossibilidades dos confinamentos e das proibições das participações presenciais dos alunos nas escolas e nos Projetos. Referiu que o Tema central advinha de uma Resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) publicada em 2016 e que consubstanciava 16 objetivos, tendo a AMS entendido que a que mais se adequava à realidade sesimbrense, nomeadamente às escolas, seriam os objetivos nº 13, 14 e 15 e foi na simbiose destes três objetivos que se encontrou o tema central “Proteger e valorizar o habitat natural na comunidade local e no mundo. Qual é o nosso contributo?”. Disse que este tema vinha do ano letivo de 2019/2020, mas que as impossibilidades de dar continuidade e visibilidade ao Projeto não tinha sido possível, tendo sido*

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

retomado este ano, ainda que com alterações do seu funcionamento. Informou que não se deixou de realizar a atividade “Eleito por Um Dia” com a participação dos alunos e respetivos Presidentes das Juntas de Freguesia, Câmara Municipal e da própria, de uma forma *on-line*, bem como a própria eleição da Mesa da AMJ, realizada com um grande esforço da parte dos Diretores dos Agrupamentos de Escolas, Professores e alunos, Encarregados de Educação. Foi apresentado um vídeo de cada escola, para conhecimento dos restantes colegas, com os seus Projetos e a própria intervenção durante todo ano letivo, Projetos estes com a correspondência de 1.000€ para cada uma das escolas para reforçar a ajuda na aquisição do material necessário. Salientou o empenho dos Professores e alunos neste Projeto e que, face às condições atuais, não estavam hoje presentes, assim como as próprias Propostas escolares não tinham sido deliberadas, uma vez que seria difícil, para os alunos, haver um debate. Por este motivo, as Propostas eram apenas apresentadas e tinha sido entendido que a sua permanência nesta Ordem de Trabalhos representava, por parte da AMS, uma aceitação do trabalho desenvolvido e também uma coresponsabilidade da própria Assembleia Municipal para que estas Propostas, a serem aprovadas, pudessem ser remetidas à Câmara Municipal que dentro daquilo que era o seu contexto futuro, as pudesse enquadrar em termos de planeamento, organização e cooperação com o trabalho desenvolvido pelas Escolas. Disse que este Projeto continuava a ser um Projeto de referência que era solicitado, em termos de organização, por muitas Assembleias e até Câmaras Municipais e sobretudo, porque continuava a estar integrado nos Projetos Educativos dos respetivos Agrupamentos como uma mais-valia à participação cívica dos alunos e ao seu entrosamento numa prática de Cidadania e também de Educação do Poder Local.-----

-----Não havendo mais intervenções, seguiu-se a votação para a deliberação das 5 Propostas apresentadas.-----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, **recomendar à Câmara que considere as propostas aprovadas na 18ª edição da Assembleia Municipal de Jovens cujo tema central é “Proteger e valorizar o habitat natural na comunidade local e no mundo. Qual é o nosso contributo?” e que analise a sua pertinência e inclusão no Orçamento para 2022.**-----

-----Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o “Período da Ordem de Trabalhos”, e dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura.-----

-----Seguidamente, a Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão eram vinte e

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

duas horas e cinquenta e cinco minutos do dia dois de julho de 2021. -----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----

Ata nº 47 – Mandato 2017-2021

Assunto: Ata de reunião Assembleia Municipal
de Sesimbra
AMS-16/00

Página 53 de 53

